



LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE LAGOA VERMELHA/RS.

O Povo do Município de Lagoa Vermelha, por seus representantes, reunidos em Câmara de Vereadores, invocando a proteção de Deus, decreta e promulga a seguinte emenda a Lei Orgânica nº 10/2001.

TÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º O Município de Lagoa Vermelha é um ente da Federação do Brasil e uma unidade do território do Rio Grande do Sul, com personalidade jurídica de direito público interno e autonomia política, administrativa e financeira, nos termos assegurados pelas constituições da República e do Estado.

Art. 2º O Município de Lagoa Vermelha, integrante da República Federativa do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul, proclama e adota, nos limites da sua autonomia e competência, os princípios fundamentais e os direitos individuais, coletivos, sociais e políticos universalmente consagrados e reconhecidos pela Constituição Federal e pela Constituição do Estado do Rio Grande do Sul a todas as pessoas no âmbito do seu território.

Art. 3º A autonomia do Município se expressa:

- I - pela eleição direta dos Vereadores que compõem o Poder Legislativo municipal;
- II - pela eleição direta do Prefeito e Vice-Prefeito que compõem o Poder Executivo municipal;
- III - pela administração própria no que respeite ao seu peculiar interesse;
- IV - pela instituição dos tributos municipais.

TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Capítulo I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 4º A organização político-administrativa do Município de Lagoa Vermelha, como unidade federativa, reger-se-á por esta Lei Orgânica e as demais leis que adotar, observados os preceitos estabelecidos pela União e pelo Estado.

§ 1º Mantém-se o atual território do Município, cujos limites podem ser alterados desde que observada a continuidade geográfica, histórica e cultural do ambiente urbano.

§ 2º A cidade de Lagoa Vermelha é a sede do Município.

§ 3º O dia 25 de janeiro é data comemorativa ao padroeiro do Município, São Paulo Apóstolo, sendo considerado feriado municipal. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 26/2018)

§ 4º O Poder Executivo Municipal realizará, anualmente e preferencialmente na primeira quinzena do mês de maio, festividades em comemoração à Emancipação Político-Administrativa do Município de Lagoa Vermelha, considerando-se data magna o dia 10 de maio. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 26/2018)

Art. 5º São Poderes do Município, independentes e harmônicos, o Legislativo e o Executivo.

Parágrafo Único - É vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições, e ao cidadão, investido em um deles, exercer função no outro, salvo nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

Capítulo II DAS VEDAÇÕES

Art. 6º É vedado ao Município:

I - a utilização ou cessão dos serviços de estabelecimento gráfico, jornal, estação de rádio, televisão, rede de computadores, serviços de alto-falante ou qualquer meio de comunicação de sua propriedade para propaganda político partidária ou fins estranhos à administração;

II - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o exercício ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança;

III - contrair empréstimo externo sem prévia autorização do Senado Federal, solicitada através da Assembléia Legislativa do Estado e Câmara de Vereadores do Município;

IV - lançar impostos que conflitem com as leis tributárias do Estado e da União;

V - recusar fé aos documentos públicos;

VI - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.

Capítulo III DOS BENS DO MUNICÍPIO

Art. 7º São bens do Município:

I - os bens que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;

II - os demais bens referidos nesta Lei Orgânica;

III - as águas públicas de uso comum situadas exclusivamente no território do Município, respeitadas as restrições impostas pelas leis federais e estaduais;

IV - os inventos e a criação intelectual surgidos sob remuneração, custeio ou prêmio público municipal.

Parágrafo Único - São águas públicas de uso comum as fontes e reservatórios públicos, bem como as nascentes que constituam o caput fluminis.

Art. 8º O Poder Executivo manterá registro permanente de todos os bens municipais, devidamente cadastrados e identificados por numeração.

§ 1º O cadastro dos bens corpóreos imóveis é constituído pelas certidões das competentes matrículas

imobiliárias.

§ 2º O cadastro dos bens corpóreos móveis é constituído pelo inventário permanente e demais registros previstos em regulamento.

§ 3º O cadastro dos bens incorpóreos é constituído pelos títulos que os representam e pelos termos de custódia.

Art. 9º A alienação de bens imóveis municipais, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação, de lei autorizativa específica e de licitação, nos termos da legislação que trata de licitações e contratos administrativos. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 19/2013)

§ 1º Entende-se por alienação de bens imóveis públicos a venda, a doação, a investidura, a dação em pagamento, a permuta e qualquer outra forma de transmissão de direito real de propriedade ou de suas faculdades. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 19/2013)

§ 2º A licitação poderá ser dispensada nos casos previstos na legislação que trata de licitações e contratos administrativos. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 19/2013)

Art. 10 O Município, preferentemente à venda ou à doação de bens imóveis a particulares, outorgará o uso privativo, observado o disposto nos artigos 12 e 12-A dessa Lei Orgânica. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 19/2013)

Art. 11 A aquisição onerosa de qualquer bem exige a sua adequada caracterização, a justificação da sua específica destinação, a indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, e licitação nos termos da legislação federal, sob pena de invalidade absoluta e ineficácia do ato e responsabilização de quem lhe tiver dado causa.

Parágrafo Único - A aquisição gratuita e a por dação em pagamento de qualquer bem exige a sua adequada caracterização, sob autorização legislativa.

Art. 12 O uso privativo de bens municipais por particulares, subordinado à existência de interesse público devidamente justificado, se realizará pelas seguintes formas:

I - concessão de direito real de uso de imóveis, pelo prazo máximo de até 20 (vinte) anos;

II - concessão de uso de imóveis ou móveis, pelo prazo máximo de 10 (dez) anos;

III - permissão de uso de imóveis ou móveis, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV - autorização de uso de imóveis ou móveis, cujo prazo da outorga não exceda 15 (quinze) dias consecutivos. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 19/2013)

§ 1º As formas de outorga referidas nos incisos I e II desse artigo serão realizadas mediante contrato e poderão ser dispensadas de licitação nos casos de outorga a entidades privadas sem fins lucrativos, para utilização em atividades sociais, culturais, desportivas, educacionais ou de saúde. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 19/2013)

§ 2º As formas de outorga referidas nos incisos III e IV deste artigo serão dispensadas de licitação, sendo realizadas mediante ato unilateral do Prefeito, de caráter precário e precaríssimo, respectivamente. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 19/2013)

§ 3º A outorga da posse de bens públicos municipais a outros entes da federação ocorrerá sempre por cessão, previamente autorizada por lei, com dispensa de licitação. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 19/2013)

Art. 12-A É vedado o uso de bens móveis ou imóveis do Município por agentes públicos municipais e/ou seus familiares, assim como por pessoa jurídica de direito privado das quais sejam sócios, associados, controladores, gerentes, diretores, administradores ou empregados. (Redação acrescida pela Emenda à Lei Orgânica nº 19/2013)

Capítulo IV DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA

Art. 13 Compete ao Município, ressalvadas as competências da União e do Estado, além do que está definido nesta Lei Orgânica:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, fixar, fiscalizar e cobrar tarifas ou preços públicos, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e de publicar balancetes nos prazos fixados em lei;

III - instituir e impor multas por infração de suas leis, decretos e regulamentos, através de sistema integrado e único de fiscalização;

IV - elaborar o orçamento plurianual e o anual, sob a lei de diretrizes orçamentárias, prevendo a receita e fixando as despesas (art. 104 e ss.);

V - dispor sobre autorização, permissão ou concessão de uso, administração, utilização e alienação dos bens públicos municipais;

VI - promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento, do loteamento e da ocupação do solo urbano;

VII - elaborar o Plano Diretor Urbano, estabelecendo normas de edificação, de loteamento, de zoneamento, de arruamento, bem como as diretrizes urbanísticas e limitações à ordenação de seu território;

VIII - estabelecer as servidões administrativas necessárias aos seus serviços;

IX - regulamentar a utilização dos logradouros públicos;

X - regulamentar o transporte coletivo urbano, através de concessão, ou por execução direta, fixando itinerários, pontos de parada e de estacionamento, e as respectivas tarifas (art. 189);

XI - criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;

XII - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local;

XIII - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental (art. 162 e ss.);

XIV - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população e manter programas de assistência à criança e ao adolescente em situação irregular (art. 145 e ss.);

XV - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;

XVI - exercer o poder de polícia administrativa nas matérias de interesse local, tais como a proteção à saúde, incluídas a vigilância e a fiscalização sanitárias, a proteção ao ambiente, ao sossego, à higiene e à funcionalidade, bem como dispor sobre as penalidades por infração às suas leis e regulamentos;

XVII - dispor sobre o horário de funcionamento do comércio e da indústria locais, bem como regulamentar o comércio ambulante e as feiras (arts. 185 e 186);

XVIII - regular o tráfego nas vias públicas municipais, atendendo à necessidade de locomoção das pessoas portadoras de deficiência;

XIX - fixar e sinalizar as estradas municipais, as vias urbanas, os locais de estacionamento, os limites das zonas de silêncio e as faixas de segurança para pedestres;

XX - disciplinar os serviços de carga e descarga, e fixar limites de tonelage máxima para a circulação de veículos nas vias públicas municipais;

XXI - promover a proteção ambiental, preservando os mananciais e coibindo práticas que ponham em risco a função ecológica da fauna e da flora, provoquem a extinção de espécies animais ou vegetais, ou submetam animais à crueldade;

XXII - promover a coleta, o transporte, o tratamento e a destinação final dos resíduos sólidos domiciliares e de limpeza urbana;

XXIII - prover a limpeza das vias e logradouros públicos, a remoção e o destino do lixo domiciliar, industrial e hospitalar, e de outros resíduos de qualquer natureza;

XXIV - regulamentar a prática dos jogos desportivos, a exibição de espetáculos e divertimentos públicos, sem prejuízo da ação policial do Estado, e fomentar práticas desportivas, bem como as manifestações culturais populares;

XXV - desapropriar, mediante prévia e justa indenização, por necessidade ou por utilidade públicas;

XXVI - instituir guardas municipais destinadas a proteger os bens, serviços e instalações municipais, bem como a regular o trânsito nas vias públicas urbanas;

XXVII - dispor, por concessão ou permissão, sobre os serviços funerários, cemitérios e capelas mortuárias;

XXVIII - conceder e cassar licenças para construções, interditar edificações em ruínas ou sem condições de habitabilidade ou de salubridade, e fazer demolir as que ameacem a segurança e a solidez;

XXIX - legislar sobre os serviços de utilidade pública e regulamentar a instalação, distribuição e consumo de água, de energia elétrica, de gás, e de todos os demais serviços de caráter e uso coletivo;

XXX - regulamentar a fixação de cartazes, letreiros, anúncios, emblemas e assemelhados, bem como a utilização de quaisquer meios de propaganda, nos locais sujeitos ao poder de polícia;

XXXI - disciplinar o licenciamento de estabelecimentos industriais, comerciais, de prestação de serviços e outros, cassarem alvarás de licença dos que se tornarem danosos à saúde, ao meio ambiente, à higiene ou ao bem estar público e aos bons costumes, violando o sossego, segurança, moralidade e outros interesses da coletividade;

XXXII - legislar sobre a apreensão e depósito de animais, mercadorias e móveis em geral, no caso de transgressão de leis e demais atos municipais, bem como sobre a forma e condições de alienação do que for apreendido;

XXXIII - dispor sobre o registro, vacinação e captura de animais, com a finalidade de erradicação de moléstias de que possam ser portadores ou transmissores;

XXXIV - constituir serviços civis e auxiliares de combate ao fogo, de prevenção de incêndios e de atividades de defesa civil;

XXXV - socorrer, com recursos próprios, as necessidades originadas por calamidades, sem prejuízo do auxílio que possa reclamar do Estado e da União;

XXXVI - fixar os feriados municipais.

Art. 14 Compete, ainda, ao Município celebrar convênios com a União, com o Estado e com outros Municípios, mediante autorização da Câmara Municipal, para a execução das leis, dos serviços e das decisões, e para a consecução de seus fins e exercício da sua competência administrativa. [\(Artigo declarado inconstitucional pela Ação Direta de Inconstitucionalidade número 70011916897, que tramitou pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul\)](#)

§ 1º Os convênios podem visar a realização conjunta de obras, ou a exploração de serviços públicos de interesse comum. [\(Parágrafo declarado inconstitucional pela Ação Direta de Inconstitucionalidade número 70011916897, que tramitou pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul\)](#)

§ 2º Pode, ainda, o Município, através de convênios ou de consórcios com outros municípios da mesma comunidade sócio-econômica, criar entidades intermunicipais para a realização de obras, atividades ou serviços específicos de interesse comum, devendo os mesmos ser aprovados por leis dos municípios que deles participem. [\(Parágrafo declarado inconstitucional pela Ação Direta de Inconstitucionalidade número 70011916897, que tramitou pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul\)](#)

§ 3º É permitido delegar, entre o Estado e o Município, também por convênios, os serviços de competência concorrente, assegurados os recursos necessários. [\(Parágrafo declarado inconstitucional pela Ação Direta de Inconstitucionalidade número 70011916897, que tramitou pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul\)](#)

Art. 15 Serão passíveis de cassação os alvarás fornecidos às pessoas físicas ou jurídicas que, comprovadamente, praticarem atos de discriminação atentória dos direitos e liberdades fundamentais.

Art. 16 Os serviços permitidos, concedidos ou autorizados pelo Município sofrerão, obrigatoriamente, a cada seis meses, vistoria para verificação da qualidade dos mesmos, conforme a lei.

Parágrafo Único - O resultado de cada vistoria será publicado, podendo os serviços serem retomados quando não atenderem satisfatoriamente as suas finalidades ou suas condições de contrato.

SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA COMUM

Art. 17 Compete ao Município, em comum com a União e o Estado:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas;

II - conservar o patrimônio público;

III - cuidar da saúde e assistência públicas, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiências;

IV - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

V - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural;

VI - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

VII - proteger o ambiente e combater a poluição em qualquer das suas formas;

VIII - preservar as florestas, a fauna e a flora;

IX - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

X - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

XI - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos mais desfavorecidos;

XII - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

XIII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

SEÇÃO III DA COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR

Art. 18 Ao Município compete suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber, adaptando-as às realidades e necessidades locais, no que for de seu peculiar interesse.

Capítulo V DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19 A administração pública municipal, direta e indireta, obedece aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, da legitimidade, da razoabilidade, da economicidade, da motivação e da eficiência e, também, ao seguinte:

I - os cargos, empregos e funções públicas, criados por lei em número e com atribuições e remuneração certos, são acessíveis aos brasileiros, assim como aos estrangeiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, e tenham idade mínima de 18 (dezoito) anos;

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvada as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, contado da data de encerramento

das inscrições, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o período previsto no edital de convocação, aquele aprovado no concurso será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira (art. 40, XIII);

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve pode ser exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio atribuído ao detentor de mandato eletivo somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes do Município, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal;

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fim de concessão de acréscimos ulteriores;

XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo;

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico;
- c) a de dois cargos privativos de médico.

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções, quer da administração direta, quer da indireta, e, ainda, das fundações;

XVIII - a administração fazendária e seus servidores fiscais têm, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei, definir as áreas de sua atuação;

XX - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, construções, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;

§ 1º É vedada a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta em quaisquer dos Poderes do Município, executando-se a esta regra as contratações em caráter temporário nos casos previstas em lei e precedidas de regular processo seletivo, onde exista ampla publicidade e oportunidade igualitária para todos, através de provas escritas, práticas ou de títulos; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 17/2012)

§ 2º Fica vedada a nomeação para cargos em comissão no âmbito da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, às pessoas inseridas nas seguintes hipóteses:

- a) Os que tenham contra sua pessoa representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;
- b) Os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes:
 - 1) Contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público;
 - 2) Contra patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência;
 - 3) Contra o meio ambiente e a saúde pública;
 - 4) Eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;
 - 5) De abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública;
 - 6) De lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;
 - 7) De tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos;
 - 8) De redução à condição análoga à de escravo;
 - 9) Contra a vida e a dignidade sexual; e
 - 10) Praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;
- c) Os que forem declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis, pelo prazo de 8 (oito) anos;
- d) Os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;
- e) Os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;
- f) Os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da

Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, desde a decisão até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos;

g) Os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena;

h) Os que forem excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;

i) Os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contados de decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 17/2012)

§ 3º A vedação prevista na alínea "b" do parágrafo segundo não se aplica aos crimes culposos e àqueles definidos em Lei como de menor potencial ofensivo, nem aos crimes de ação penal privada. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 17/2012)

§ 4º Todos os atos efetuados em desobediência às vedações previstas no § 1º deste artigo serão considerados nulos. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 17/2012)

§ 5º Caberá aos entes da Administração Pública Direta e Indireta, de forma individualista, a fiscalização de seus atos em obediência ao que consta § 1º deste artigo, com a possibilidade de requerer aos órgãos competentes informações e documentos que entender necessários para o cumprimento das exigências legais. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 17/2012)

§ 6º Para efeito do que dispõe o § 1º deste artigo, o nomeado ou designado, obrigatoriamente antes da posse, terá ciência das restrições e declarará por escrito não encontrar-se inserido nas suas vedações. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 17/2012, renumerando-se os parágrafos seguintes)

§ 7º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços, e as campanhas dos órgãos da administração pública, ainda que não custeadas diretamente por esta, deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos.

§ 8º A não observância do disposto neste artigo implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 9º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente:

I - As reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviço de atendimento ao usuário e à avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços;

II - O acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre os atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII, da Constituição Federal;

III - A disciplina da representação, à autoridade municipal competente, contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública.

§ 10 Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível (arts. 40 e ss.).

§ 11 O prazo de prescrição para atos ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento, é de 05 (cinco) anos, a contar da data da prática do ato.

§ 12 O Município e as pessoas de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

§ 13 A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta ou indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.

§ 14 A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta ou indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:

I - Prazo de duração do contrato;

II - Os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;

III - A remuneração do pessoal.

§ 15 É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Lei Orgânica, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

Art. 20 Ao servidor público municipal, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

I - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

II - investido no cargo de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

III - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

IV - para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

SEÇÃO II DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 21 O Município instituirá o Conselho de Política de Administração e Remuneração do Pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes (art. 51, § 1º, I).

§ 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II - os requisitos para a investidura;

III - as peculiaridades dos cargos;

IV - as disposições desta Lei Orgânica.

§ 2º É nulo de pleno direito o ato administrativo que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda ao disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal, e às exigências dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 3º São direitos dos servidores públicos do Município, sem prejuízo de que a lei estabeleça requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir:

I - remuneração nunca inferior ao salário mínimo fixado pela União, ou ao piso salarial oficial, se o houver;

II - garantia de remuneração nunca inferior ao salário mínimo, para os que perceberem remuneração variável;

III - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou nos proventos integrais;

IV - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

V - salário-família pago em razão do dependente do servidor de baixa renda nos termos da lei;

VI - duração do trabalho normal não superior a 08 (oito) horas diárias e a 44 (quarenta e quatro) semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

VII - repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

VIII - remuneração do serviço extraordinário, superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;

IX - gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

X - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

XI - licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

XII - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

XIII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XIV - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo e os secretários municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI, da Constituição Federal.

§ 5º A maior remuneração dos servidores públicos não poderá ser superior a 20 (vinte) vezes a menor remuneração, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.

§ 6º Os Poderes Executivo e Legislativo publicarão, no prazo de trinta dias após qualquer alteração, os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

§ 7º Lei Municipal disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia ou fundação, para aplicação no desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público.

Art. 22 Aos servidores titulares de cargos efetivos do Município, incluídas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo Único - Lei complementar a esta Lei Orgânica estabelecerá tempos mínimos de contribuição e de efetivo exercício no serviço público municipal, fixará idades diferenciadas para homem e para mulher, definirá atividades exercidas exclusivamente sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, redução dos requisitos de idade e de tempo de contribuição para professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio, e estabelecerá pensões, de acordo com os dispositivos constitucionais e demais legislação aplicável.

Art. 23 São estáveis após 3 (três) anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

Art. 24 É assegurado:

I - às associações dos servidores da administração direta ou indireta:

- a) participar das decisões de interesse da categoria;
- b) descontar em folha de pagamento as mensalidades de seus associados e demais parcelas, a favor da entidade, desde que aprovadas em Assembléia Geral.

II - aos representantes das entidades mencionadas no inciso anterior, nos casos previstos em lei, o desempenho, com dispensa de suas atividades funcionais, de mandato em confederação, federação ou associação de servidores públicos, sem quaisquer prejuízos para sua situação funcional ou remuneratória, exceto promoção por merecimento.

III - aos servidores públicos e empregados da administração direta e indireta, estabilidade a partir do registro da candidatura até um ano após o término do mandato, salvo demissão precedida de processo administrativo, disciplinar ou judicial.

SEÇÃO III DOS ATOS MUNICIPAIS

Art. 25 As leis e atos municipais serão afixados no átrio da Prefeitura, e no da Câmara de Vereadores, em lugar visível e de fácil acesso.

§ 1º Os atos não normativos podem ser resumidos para divulgação, pelos meios de informação.

§ 2º A escolha do órgão de informação para divulgação das leis e dos atos municipais é feita por licitação pública que deve atender ao preço, à frequência, à tiragem e à distribuição.

§ 3º São obrigatoriamente divulgados:

- a) o resultado da vistoria a que se refere o parágrafo único do art. 17;
- b) a alteração, ou alterações, a que se refere o § 4º do art. 21;
- c) os projetos de leis complementares.

§ 4º É vedada a vinculação de nomes de agentes políticos aos atos municipais.

Art. 26 O Município terá os livros que forem necessários e, obrigatoriamente, os de:

I - Termos de Posse;

II - Leis;

III - Decretos;

IV - Alvarás;

V - Contratos;

VI - Protocolo.

§ 1º Os livros são abertos, rubricados em todas as suas folhas e encerrados pelo Prefeito, ou pelo Presidente da Câmara, conforme suas competências, ou por servidor designado para tal fim.

§ 2º Os livros podem ser substituídos por fichas numeradas e rubricadas, ou por outros sistemas de registro, desde que garantam funcionalidade e segurança.

Art. 27 Os atos administrativos que competem ao Prefeito devem ser expedidos na forma de:

I - decretos, numerados em ordem cronológica, nos seguintes casos:

- a) regulamentação de lei;
- b) organização dos serviços administrativos;
- c) abertura de créditos especiais e suplementares até o limite autorizado em lei;
- d) abertura de créditos extraordinários;
- e) declaração de utilidade pública ou de necessidade social, para fins de desapropriação;
- f) expedição de normas de efeitos externos, não privativos lei;
- g) fixação de preços e tarifas públicas;
- h) regulamentação interna dos órgãos da administração municipal;

II - portarias, numeradas em ordem cronológica, nos seguintes casos:

- a) nomeação, exoneração e demissão de servidores públicos municipais;
- b) nomeação, substituição e destituição de membros de conselhos;
- c) indicação de representantes do Município, para trabalhos em órgãos ou entidades públicas e privadas, comissões, grupos de trabalho e outras atividades de interesse público;
- d) concessão de férias, licenças-prêmio, dispensas, benefícios e quaisquer vantagens aos servidores públicos municipais;

III - atos administrativos, numerados em ordem cronológica, para os demais casos de atribuições do Prefeito.

Parágrafo Único - As atribuições constantes dos incisos II e III, deste artigo, poderão ser delegadas.

SEÇÃO IV DAS CERTIDÕES E DAS INFORMAÇÕES

Art. 28 São a todos os cidadãos assegurados:

- a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direito ou contra ilegalidade ou abuso de poder;
- b) a obtenção de certidões em repartições públicas municipais, para defesa de direitos e

esclarecimentos de situações de interesse pessoal;

c) a obtenção, por escrito, de informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral.

§ 1º Os poderes públicos prestarão as certidões ou as informações no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do protocolo de recebimento do requerimento.

§ 2º O retardamento ou a denegação de certidão ou de informação implica a responsabilização do servidor e da autoridade competente.

TÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

Capítulo I DO PODER EXECUTIVO

SEÇÃO I DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Art. 29 O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, auxiliado pelos Secretários Municipais.

Art. 30 O Prefeito e o Vice-Prefeito serão eleitos, conjuntamente, para mandato de 4 (quatro) anos, mediante pleito direto e simultâneo em todo o País, realizado na data fixada pela Constituição Federal.

Art. 31 A posse do Prefeito e do Vice-Prefeito será no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição, prestando compromisso de manter, defender e cumprir a Lei Orgânica, a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e a Constituição Federal.

§ 1º O Prefeito prestará o seguinte compromisso: "Prometo cumprir a Constituição da República Federativa do Brasil, a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e a Lei Orgânica do Município de Lagoa Vermelha, observar as leis, desempenhar com lealdade o mandato que me foi conferido, trabalhar pelo progresso do Município e pelo bem estar do povo lagoense".

§ 2º A posse realizar-se-á, em sessão solene, perante a Câmara Municipal de Vereadores.

§ 3º Se o Prefeito e o Vice-Prefeito não tomarem posse até o dia 10 (dez) de janeiro, salvo motivo de força maior, os cargos serão declarados vagos.

§ 4º Se o Prefeito não tomar posse até o dia 10 (dez) de janeiro, salvo motivo de força maior, declarado vago o cargo, será dada posse ao Vice-Prefeito.

§ 5º Se o Vice-Prefeito não tomar posse até o dia 10 (dez) de janeiro, salvo motivo de força maior, será declarado vago o cargo.

§ 6º A competência para a aceitação do motivo de força maior e da declaração de vacância de cargos é da Câmara Municipal de Vereadores.

§ 7º O ato de posse do Prefeito e do Vice-Prefeito Municipal fica condicionado a apresentação da declaração de bens e valores que compõem o patrimônio privado de cada um, declarações estas que ficarão arquivadas junto à Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores.

I - A declaração a que se refere o parágrafo anterior compreenderá os bens imóveis, móveis, veículos, semoventes, dinheiro, títulos, ações, e qualquer outra espécie de bens ou valores patrimoniais localizados no país ou exterior e, quando for o caso, abrangerá os bens e valores dos cônjuges e companheiros, dos filhos e outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante.

II - A declaração de bens deverá ser anualmente atualizada, bem como na data em que deixarem o exercício do mandato.

Art. 32 O Vice-Prefeito exercerá as funções de Prefeito nos casos de impedimento deste, bem como as funções que lhe forem conferidas em lei ou delegadas pelo titular, e suceder-lhe-á em caso de vacância do cargo.

Art. 33 Nos casos de impedimento simultâneo do Prefeito e do Vice-Prefeito, ou de vacância de ambos os cargos, assume o Poder Executivo o Presidente de Câmara Municipal de Vereadores.

§ 1º Vagando os cargos de Prefeito e de Vice-Prefeito, assim declarados pela Câmara Municipal de Vereadores, far-se-á eleição no período de 90 (noventa) a 120 (cento vinte) dias, a contar da data de abertura da segunda vaga.

§ 2º Vagando os cargos de Prefeito e de Vice-Prefeito, assim declarados pela Câmara Municipal de Vereadores, e tiverem sido cumpridos três quartos do período do mandato, observar-se-á o disposto no caput deste artigo.

SEÇÃO II DA LICENÇA, DAS FÉRIAS E DOS IMPEDIMENTOS DO PREFEITO

Art. 34 O Prefeito não poderá, sem licença da Câmara de Vereadores, ausentar-se do Estado, por qualquer tempo, nem do Município, por mais de 10 (dez) dias, sob pena de perda do cargo. [\(Artigo declarado inconstitucional pela Ação Direta de Inconstitucionalidade número 70005010806, que tramitou pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul\)](#)

Art. 35 O Prefeito solicitará licença à Câmara de Vereadores, nos seguintes casos:

I - tratamento de saúde;

II - gozo de férias (art. 36); [\(Inciso declarado inconstitucional pela Ação Direta de Inconstitucionalidade número 70005010806, que tramitou pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul\)](#)

III - ausência do Município, por mais de 48 (quarenta oito) horas, e do Estado ou do País, por qualquer período. [\(Inciso declarado inconstitucional pela Ação Direta de Inconstitucionalidade número 70005010806, que tramitou pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul\) - \(arquivo anexo\)](#)

Parágrafo Único - O Prefeito transmitirá o cargo ao Vice-Prefeito em qualquer dos casos previstos no caput do artigo.

Art. 36 O Prefeito terá direito ao gozo de trinta dias de férias remuneradas por ano.

Parágrafo Único - Ao entrar em férias, deverá comunicar à Câmara e transmitir o cargo ao seu substituto.

Art. 37 O Prefeito passará o exercício do cargo ao seu substituto legal, nos seguintes casos:

I - em casos de licença e de férias;

II - para tratar de interesses particulares;

III - por motivo de força maior;

IV - ausência do Município por mais de quarenta oito horas, nos dias de expediente. [\(Inciso declarado inconstitucional pela Ação Direta de Inconstitucionalidade número 70005888839, que tramitou pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul\)](#)

Art. 38 As disposições desta Seção aplicam-se igualmente ao Vice-Prefeito.

SEÇÃO III DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

Art. 39 Compete, privativamente, ao Prefeito:

I - representar o Município;

II - nomear e exonerar os Secretários do Município, o Chefe de Gabinete, o Procurador-Geral do Município, o Ouvidor e os demais assessores em cargos de confiança, inclusive os titulares de instituições de que faça parte o Município, exceto daquelas cuja direção for escolhida por voto direto, na forma da lei;

III - exercer, com o auxílio dos Secretários do Município, a direção superior da administração municipal;

IV - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal;

V - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;

VI - sancionar projetos de lei aprovados pela Câmara Municipal de Vereadores, promulgar e fazer publicar as leis;

VII - expedir decretos e regulamentos para a execução das leis;

VIII - vetar, total ou parcialmente, projetos de lei aprovados pela Câmara Municipal de Vereadores;

IX - enviar à Câmara de Vereadores os projetos das leis de iniciativa do Poder Executivo, do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e dos orçamentos anuais, previstos nesta Lei Orgânica;

X - prestar, por escrito e no prazo de 15 (quinze) dias, as informações que a Câmara Municipal de Vereadores solicitar a respeito dos serviços a cargo do Poder Executivo, bem como, no mesmo prazo, o teor dos despachos proferidos nas Indicações e Pedidos de Providências formulados pelo Legislativo Municipal;

XI - prestar à Câmara de Vereadores, até 15 (quinze) de março de cada ano, as contas referentes ao exercício anterior e apresentar-lhe o relatório de atividades do Poder Executivo, bem como os planos de execução em andamento e de execução futura da administração municipal;

XII - atribuir caráter jurídico-normativo a pareceres do Procurador-Geral do Município, tornando-os cogentes para a administração pública;

XIII - administrar as receitas e as despesas, dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos aprovados pela Câmara Municipal;

XIV - colocar à disposição da Câmara Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de sua requisição, as quantias que devam ser despendidas de uma só vez, e, até o dia 20 (vinte) de cada mês, a quantia correspondente ao duodécimo da dotação orçamentária do Poder Legislativo;

XV - criar, prover e extinguir cargos, funções ou empregos públicos, na administração, direta ou indireta, do Poder Executivo, fixando-lhes a respectiva remuneração, observados os parâmetros da Lei de

Diretrizes Orçamentárias e do orçamento anual, e os demais dispositivos legais;

XVI - aplicar penalidades a servidores, cumpridos os ditames legais;

XVII - contrair empréstimos e realizar operações de crédito, mediante prévia autorização da Câmara de Vereadores;

XVIII - celebrar convênios com a União, com o Estado do Rio Grande do Sul e com outros municípios para a execução de obras e serviços;

XIX - enviar à Câmara de Vereadores projeto de lei para a criação ou para a extinção de distritos, no território do Município;

XX - criar, estruturar e extinguir Secretarias Municipais e departamentos, na administração direta, e entidades e órgãos autônomos, na administração indireta;

XXI - exercer outras atribuições previstas nesta Lei Orgânica.

§ 1º O Prefeito poderá delegar ao Vice-Prefeito e a Secretários do Município, bem como ao Procurador-Geral do Município, as atribuições previstas nos incisos XVI a XXXIII.

§ 2º Os convênios de que trata o inciso XVIII, qualquer que seja a denominação dada ao respectivo instrumento, quando importem em despesa não prevista no orçamento anual, somente poderão ser postos em execução após aprovados pela Câmara Municipal. [\(Parágrafo declarado inconstitucional pela Ação Direta de Inconstitucionalidade número 70011916897, que tramitou pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul\)](#)

SEÇÃO IV DAS RESPONSABILIDADES

Art. 40 São crimes de responsabilidade do Prefeito, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara de Vereadores:

I - apropriar-se de bens ou rendas públicas ou desviá-los em proveito próprio ou alheio;

II - utilizar-se, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos;

III - desviar, ou aplicar indevidamente, rendas ou verbas públicas;

IV - empregar subvenções, auxílios, empréstimos ou recursos de qualquer natureza, em desacordo com os planos ou programas a que se destinam;

V - ordenar ou efetuar despesas não autorizadas por lei, ou realizá-las em desacordo com as normas pertinentes;

VI - deixar de prestar contas anuais da administração financeira do Município à Câmara de Vereadores, ou ao Tribunal de Contas do Estado, nos prazos e condições estabelecidas;

VII - deixar de prestar contas, no devido tempo ao órgão competente, da aplicação de recursos, empréstimos, subvenções ou auxílios internos ou externos, recebidos a qualquer título;

VIII - contrair empréstimos ou obrigar o Município por títulos de crédito, sem autorização da Câmara Municipal, ou em desacordo com a lei;

IX - conceder empréstimos, auxílios ou subvenções sem autorização da Câmara Municipal, ou em

desacordo com a lei;

X - alienar ou onerar bens imóveis ou rendas municipais sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei;

XI - adquirir bens, ou realizar serviços e obras, sem licitação, nos casos exigidos em lei;

XII - antecipar ou inverter a ordem de pagamento a credores do Município, sem vantagem para o erário;

XIII - nomear, admitir ou designar servidor, contra expressa disposição de lei;

XIV - negar execução a lei federal, estadual, ou municipal, ou deixar de cumprir ordem ou decisão judicial, sem dar motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente;

XV - deixar de fornecer certidões de atos, contratos e convênios municipais, dentro do prazo estabelecido em lei.

§ 1º Os crimes definidos neste artigo são de ordem pública, punidos os dos itens I e II, com a pena de reclusão, de dois a doze anos, e os demais, com a pena de detenção de três meses a três anos.

§ 2º A condenação definitiva em qualquer dos crimes definidos neste artigo acarreta a perda do cargo e a inabilitação, pelo prazo de cinco anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, sem prejuízo da reparação civil do dano causado ao patrimônio público ou particular.

§ 3º Este artigo é aplicável ao Vice-Prefeito, ou quem vier a substituir o Prefeito, ainda que tenha cessado a substituição.

Art. 41 São infrações político-administrativas do Prefeito, sujeitas ao julgamento pela Câmara de Vereadores e sancionadas com a cassação do mandato:

I - impedir o funcionamento regular da Câmara;

II - impedir o exame de livros, folha de pagamento e demais documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, bem como a verificação de construções e serviços municipais, por comissão de investigação da Câmara ou auditoria, regularmente instituída;

III - desatender, sem motivo justo, às convocações ou aos pedidos de informações da Câmara de Vereadores, quando feitos a tempo e em forma regular;

IV - retardar a publicação ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade;

V - deixar de apresentar à Câmara de Vereadores, no devido tempo e em forma regular, a proposta orçamentária;

VI - descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro;

VII - praticar, contra expressa disposição de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática;

VIII - omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município, sujeitos à administração da Prefeitura;

IX - ausentar-se do Município, por tempo superior ao permitido nesta Lei Orgânica, ou afastar-se da Prefeitura, sem autorização da Câmara de Vereadores;

X - proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo;

XI - deixar de residir no Município.

Art. 42 O processo de cassação do mandato do Prefeito pela Câmara de Vereadores, por infrações definidas no artigo anterior, obedecerá ao seguinte rito:

I - A denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer eleitor, com a exposição do fato e a indicação de provas;

II - De posse da denúncia e autuada esta, o Presidente da Câmara de Vereadores, na primeira sessão imediatamente a seguir, determinará sua leitura e colocará em votação a admissibilidade da mesma;

III - Decidida a admissão da denúncia, na mesma sessão e pelo voto da maioria dos presentes, será constituída a Comissão Processante, com três Vereadores, sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator; [\(Inciso declarado inconstitucional pela Ação Direta de Inconstitucionalidade número 70005010806, que tramitou pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul\)](#)

IV - Recebendo os autos, o Presidente da Comissão Processante iniciará os trabalhos, no prazo de (5) cinco dias úteis, notificando o denunciado, com a remessa de cópias da denúncia e dos documentos que a instruírem, para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretende produzir e arrole testemunhas, até o máximo de 10 (dez), e, querendo, indique advogado para a sua defesa;

V - Decorrido o prazo de defesa, a Comissão Processante emitirá parecer, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, opinando pelo prosseguimento ou pelo arquivamento da denúncia, o qual, neste caso, será submetido ao plenário da Câmara de Vereadores;

VI - Se a Comissão Processante opinar pelo prosseguimento, o Presidente da Câmara de Vereadores designará, desde logo, o início da instrução, e determinará os atos, diligências e audiências que se fizerem necessários, para o depoimento do denunciado e para a inquirição das testemunhas;

VII - O denunciado deverá ser intimado de todos os atos do processo, pessoalmente, ou na pessoa de seu advogado, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, sendo-lhe permitido assistir, sem interferir, às diligências, e às audiências, formulando, querendo, perguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa;

VIII - Concluída a instrução, será aberta vista ao denunciado, para razões escritas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

IX - Decorrido o prazo do inciso anterior, a Comissão Processante emitirá parecer final, pela procedência da acusação, e solicitará ao Presidente da Câmara de Vereadores a convocação de sessão para julgamento;

X - Na sessão de julgamento, os autos serão integralmente lidos e, a seguir, os Vereadores que quiserem poderão manifestar-se oralmente, pelo tempo máximo de 10 (dez) minutos cada um, e, ao final, o denunciado, ou seu advogado, terá o prazo máximo de uma hora para produzir a defesa oral;

XI - Concluída a defesa, proceder-se-á a tantas votações nominais quantas foram as infrações na denúncia;

XII - Considerar-se-á afastado, definitivamente, do cargo o denunciado que for declarado pelo voto de dois terços, pelo menos, dos membros da Câmara, incurso em qualquer das infrações especificadas na denúncia;

XIII - Concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação nominal sobre cada infração e, se houver condenação, expedirá o

competente Decreto Legislativo de cassação do mandato de Prefeito, e, se houver absolvição, o Presidente da Câmara de Vereadores, proclamado o resultado e lavrada a ata circunstanciada, determinará o arquivamento dos autos e a extinção do processo;

XIV - Em qualquer dos casos do inciso anterior, o Presidente da Câmara de Vereadores determinará a remessa de cópia integral dos autos ao Ministério Público e de cópia da ata à Justiça Eleitoral;

XV - O processo a que se refere este artigo deverá estar concluído no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados da data da sessão em que foi constituída a Comissão Processante;

XVI - Transcorrido o prazo do inciso anterior sem o julgamento, os autos serão arquivados e o processo extinto, por decisão do Presidente da Câmara de Vereadores, sem prejuízo de nova denúncia, ainda que pelo mesmo fato.

§ 1º A Comissão Processante poderá contratar advogado para a assessorar na tramitação processual.

§ 2º Se o denunciante for Vereador ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão Processante, podendo, contudo, praticar todos os atos de acusação.

§ 3º Se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e só votará se necessário para completar o quorum de julgamento.

§ 4º Será convocado o suplente de Vereador impedido de votar, que, todavia, não poderá integrar a Comissão Processante.

Art. 43 Estão sujeitos ao procedimento previsto nos artigos anteriores, os crimes e as infrações administrativas, previstas na Constituição Federal e os definidos em lei, quer federal, quer estadual.

SEÇÃO V DOS SECRETÁRIOS E DO PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 44 Os Secretários e o Procurador-Geral do Município, auxiliares do Prefeito, serão escolhidos entre brasileiros maiores de vinte e um (21) anos e no exercício dos direitos políticos.

Parágrafo Único - O Procurador-Geral do Município será escolhido entre advogados de renomado conhecimento jurídico e ilibada conduta pessoal.

Art. 45 No impedimento do Secretário do Município, suas atribuições serão desempenhadas por servidor da Pasta designado pelo Prefeito, ocorrendo o mesmo na vacância do cargo, até a nomeação de novo titular.

Art. 46 Os Secretários do Município e o Procurador Geral do Município não poderão:

I - desde a nomeação:

- a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, ou de direito privado, integrante da administração indireta, ou concessionária ou permissionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;
- b) aceitar ou exercer qualquer cargo, função ou emprego, remunerado ou não, nas entidades constantes da alínea anterior.

II - desde a posse:

- a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que mantenha qualquer espécie de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) aceitar ou exercer qualquer cargo, função ou emprego, remunerado ou não, em qualquer empresa comercial ou industrial ou de serviços, ou em corporação ou fundação que goze de favor do poder público;

c) exercer qualquer outro cargo público ou desempenhar mandato eletivo.

§ 1º O disposto no inciso I, alínea b), não abrange a posse em cargo efetivo conseqüente de aprovação em concurso público.

§ 2º Desde a posse, os Secretários do Município detentores de mandato de Vereador, afastar-se-ão de seu exercício, podendo optar por uma das remunerações.

Art. 47 Os Secretários do Município, nas infrações em que tenham responsabilidade comum com o Prefeito e nos crimes de responsabilidade, conforme os artigos 40 e 41, serão julgados pela mesma forma estabelecida para o Prefeito.

Art. 48 Lei ordinária disporá sobre a criação, a estrutura básica e a área de competência das Secretarias.

SEÇÃO VI DAS ATRIBUIÇÕES DOS SECRETÁRIOS E DO PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 49 Os Secretários do Município têm, além de outras estabelecidas nesta Lei Orgânica ou em lei ordinária, as seguintes atribuições:

I - coordenar, orientar e supervisionar os órgãos e entidades da administração municipal compreendidos na área da respectiva Secretaria;

II - referendar atos municipais relativos aos assuntos da respectiva Secretaria;

III - expedir instruções para a execução de leis, decretos e regulamentos;

IV - apresentar ao Prefeito relatório semestral das atividades da Secretaria a seu cargo;

V - praticar os atos para os quais recebam delegação de competência do Prefeito;

VI - comparecer à Câmara de Vereadores nos casos previstos nesta Lei Orgânica, a fim de prestar informações ou esclarecimentos a respeito de assuntos compreendidos na área da respectiva Secretaria, sob pena de responsabilidade.

Art. 50 O Procurador-Geral do Município tem, além de outras estabelecidas nesta Lei Orgânica ou em lei ordinária, as seguintes atribuições:

I - representar, ativa e passivamente, o Município perante o Poder Judiciário, os Tribunais de Contas, e quaisquer pessoas jurídicas de direito público interno;

II - emitir pareceres jurídicos sobre projetos de qualquer ato da administração municipal, quando solicitado pelo Prefeito;

III - propor, ao Prefeito, projetos de atos de administração municipal;

IV - presidir as comissões de inquérito e de sindicância, podendo delegar, e emitir o parecer final nos processos de inquérito e de sindicância;

V - manter registros atualizados das leis federais e estaduais pertinentes à administração municipal e das leis municipais, bem como dos contratos e convênios celebrados pelo Município.

SEÇÃO VII DOS CONSELHOS

Art. 51 O Poder Executivo pode instituir, mediante lei que defina a sua composição, atribuições e funcionamento, conselhos que auxiliarão na tomada de decisões e na elaboração de projetos de leis.

Parágrafo Único - É obrigatória a instituição, nos termos desta Lei Orgânica, dos seguintes conselhos:

I - Conselho de Política de Administração e Remuneração do Pessoal (art. 21);

II - Conselho de Desenvolvimento Urbano (art. 138);

III - Conselho de Educação (art. 166).

IV - Conselho de Saúde.

Capítulo II DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 52 O Poder Legislativo do Município é exercido pela Câmara Municipal de Vereadores.

§ 1º A Câmara Municipal de Vereadores é formada por 11 (onze) Vereadores titulares, eleitos segundo a Legislação Eleitoral vigente, respeitando os parâmetros fixados pela Constituição Federal. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 21/2013)

§ 2º Cada legislatura tem a duração de 4 (quatro) anos, compreendendo cada ano uma sessão legislativa.

Art. 53 A primeira sessão de cada legislatura realizar-se-á no dia 1º de janeiro, às 10 horas, sob a presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes à sessão, para o compromisso e a posse dos Vereadores, procedendo-se, então, à eleição da Mesa, com a seguinte composição (art. 95):

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Secretário.

§ 1º A posse dar-se-á em sessão solene que se realizará independentemente do número de Vereadores presentes.

§ 2º O Presidente prestará o seguinte compromisso: "Prometo cumprir a Constituição da República Federativa do Brasil, a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul e a Lei Orgânica do Município de Lagoa Vermelha, observar as leis, desempenhar com lealdade o mandato que me foi conferido, trabalhar pelo progresso do Município e pelo bem estar do povo lagoense".

§ 3º Após o compromisso do Presidente, é feita a chamada nominal, por ordem alfabética, de cada um dos Vereadores, que declarará: "Assim o prometo".

§ 4º Será de um (01) ano o mandato de membro da Mesa, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente (art. 94, § 2º).

§ 5º O Vereador que não tomar posse na sessão acima prevista, deverá fazê-lo na sessão seguinte, sob pena de perda do mandato, salvo se apresentar justo motivo que seja aceito pela maioria dos membros da Câmara.

Art. 54 Ao Poder Legislativo é assegurada autonomia administrativa e financeira, na forma desta Lei Orgânica.

SEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES E FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 55 A Câmara Municipal de Vereadores reunir-se-á em sua sede, na primeira sessão ordinária do mês de fevereiro de cada ano, para a abertura da sessão legislativa, funcionando ordinariamente até o dia 23 de dezembro. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 16/2009)

§ 1º São considerados de Recesso Legislativo os períodos de 16 a 31 de julho e de 15 de dezembro a 31 de janeiro de cada ano. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 24/2015)

§ 2º Revogado. (Revogado pela Emenda à Lei Orgânica nº 22/2013)

§ 3º As sessões solenes e especiais poderão ser realizadas fora da sede da Câmara Municipal de Vereadores. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 16/2009)

Art. 56 A convocação extraordinária da Câmara de Vereadores caberá:

- a) ao Prefeito;
- b) ao Presidente da Câmara;
- c) à maioria absoluta dos Vereadores.

§ 1º É vedado o pagamento de qualquer parcela indenizatória ou remuneratória em razão da convocação extraordinária. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 14/2006)

§ 2º Nas sessões extraordinárias a Câmara de Vereadores somente poderá deliberar sobre as matérias incluídas no ato da convocação.

§ 3º Nas Sessões extraordinárias a convocação dos Vereadores, será feita pessoalmente e por escrito, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, acompanhada da pauta e dos projetos que deverão ser apreciados.

Art. 57 As deliberações da Câmara de Vereadores, salvo disposição em contrário desta Lei Orgânica, serão tomadas pelos votos da maioria de seus membros, em votação nominal, individual e intransferível.

§ 1º Não votará o Vereador que tiver interesse pessoal manifesto ou conhecido na matéria sob deliberação, ou que tiver parente, consanguíneo ou afim até o terceiro grau, interessado na matéria, sob pena de invalidade absoluta da votação.

§ 2º O Vereador nas condições do parágrafo anterior não estará presente a toda a sessão, sendo substituído, na sessão de votação, pelo seu suplente, devidamente convocado pelo Presidente da Câmara de Vereadores.

§ 3º O Presidente da Câmara Municipal, ou o Vereador que estiver no exercício da Presidência, somente terá voto:

I - na eleição da Mesa;

II - nas votações secretas;

III - quando a matéria exigir votação favorável de dois terços;

IV - quando houver empate na votação.

Art. 58 As sessões da Câmara Municipal serão públicas e, nas suas deliberações, o voto será aberto, exceto nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

§ 1º A votação, após arguição pública, será sempre secreta, nas seguintes matérias:

I - eleição da Mesa e dos substitutos dos membros da Mesa;

II - contas do Prefeito, contas da Mesa e relatórios ou pareceres do Tribunal de Contas;

III - julgamento do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Vereadores;

IV - aquisição ou alienação de bens públicos municipais;

V - apreciação de veto parcial ou total de lei.

§ 2º A maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal pode decidir que, sobre matéria determinada não incluída no parágrafo anterior, seja adotado o voto secreto.

Art. 59 Depende do voto favorável de, no mínimo, dois terços dos membros da Câmara Municipal, a aprovação das leis complementares e das leis ordinárias sobre as seguintes matérias. [\(Artigo declarado inconstitucional pela Ação Direta de Inconstitucionalidade número 70010237014, que tramitou pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul\)](#)

I - concessão de serviços públicos; [\(Inciso declarado inconstitucional pela Ação Direta de Inconstitucionalidade número 70010237014, que tramitou pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul\)](#)

II - outorga do direito real de uso de bens imóveis; [\(Inciso declarado inconstitucional pela Ação Direta de Inconstitucionalidade número 70010237014, que tramitou pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul\)](#)

III - alienação de bens imóveis e móveis; [\(Inciso declarado inconstitucional pela Ação Direta de Inconstitucionalidade número 70010237014, que tramitou pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul\)](#)

IV - aceitação de bens imóveis por doação; [\(Inciso declarado inconstitucional pela Ação Direta de Inconstitucionalidade número 70010237014, que tramitou pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul\)](#)

V - denominação ou alteração da denominação de prédios e logradouros públicos; [\(Inciso declarado inconstitucional pela Ação Direta de Inconstitucionalidade número 70010237014, que tramitou pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul\)](#)

VI - contratação de empréstimos financeiros; [\(Inciso declarado inconstitucional pela Ação Direta de Inconstitucionalidade número 70010237014, que tramitou pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul\)](#)

VII - desapropriações; [\(Inciso declarado inconstitucional pela Ação Direta de Inconstitucionalidade número 70010237014, que tramitou pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul\)](#)

§ 1º Dependem do voto favorável de, no mínimo, dois terços dos membros da Câmara Municipal:

- a) a destituição da Mesa, ou de qualquer de seus membros;
- b) o afastamento do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, no caso do art. 42, XII;
- c) a modificação da decisão do Tribunal de Contas sobre o exame das contas do Poder Executivo.
- d) A concessão do título de Cidadão Honorário (art. 73,III)
- e) Perda de mandato de Vereador.

§ 2º Dependem, ainda, do voto favorável de, no mínimo, dois terços dos membros da Câmara Municipal, com discussão e votação em dois turnos:

- a) as emendas à Lei Orgânica;
- b) o Regimento Interno da Câmara Municipal e suas alterações; ([Alínea declarada inconstitucional pela Ação Direta de Inconstitucionalidade número 70010237014, que tramitou pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul](#))
- c) o Estatuto dos Servidores Municipais e suas alterações;
- d) o Estatuto do Magistério Público Municipal e suas alterações.

Art. 60 Depende do voto da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, a aprovação das seguintes matérias: ([Artigo declarado inconstitucional pela Ação Direta de Inconstitucionalidade número 70010237014, que tramitou pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul](#))

I - Lei de Diretrizes Orçamentárias; ([Inciso declarado inconstitucional pela Ação Direta de Inconstitucionalidade número 70010237014, que tramitou pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul](#))

II - Lei Orçamentária anual; ([Inciso declarado inconstitucional pela Ação Direta de Inconstitucionalidade número 70010237014, que tramitou pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul](#))

III - sustação de atos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar; ([Inciso declarado inconstitucional pela Ação Direta de Inconstitucionalidade número 70010237014, que tramitou pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul](#))

IV - autorização de dívidas da administração pública cujo prazo de resgate exceda o término do mandato do Prefeito. ([Inciso declarado inconstitucional pela Ação Direta de Inconstitucionalidade número 70010237014, que tramitou pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul](#))

Art. 61 Ao Poder Legislativo é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira.

Parágrafo Único - As despesas com o pagamento de subsídios e demais despesas com o pessoal não poderão ultrapassar 70% (setenta por cento) do orçamento consignado à Câmara Municipal.

SEÇÃO III DOS VEREADORES

Art. 62 Os Vereadores gozam de inviolabilidade por suas opiniões, palavras e votos proferidos no exercício do mandato.

Art. 63 É vedado ao Vereador:

I - desde a expedição do diploma:

- a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou com concessionário de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis *ad nutum*, nas entidades constantes da alínea anterior;

II - desde a posse:

a) ser proprietário, controlador, diretor ou sócio de empresa que goze de favor, privilégio ou isenção, decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que seja demissível *ad nutum*, nas entidades referidas no inciso I, "a";

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, "a";

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Art. 64 Perderá o mandato o Vereador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II - que proceder de modo incompatível com a dignidade do Câmara ou que faltar com o decoro na sua conduta pública;

III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo licença ou missão por esta autorizada;

IV - que, findo o período de licença, não comparecer às reuniões;

V - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

VI - que tiver o mandato cassado pela Justiça Eleitoral;

VII - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VIII - que utilizar-se do mandato para atos de corrupção, de improbidade administrativa ou atentatórios às instituições vigentes;

IX - que fixar domicílio fora do Município.

§ 1º É incompatível com o decoro, além dos casos definidos no Regimento Interno da Câmara, o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador ou a percepção de vantagens indevidas.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II, VI, VIII e IX, a perda do mandato será decidida pela Câmara, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

§ 3º Nos casos dos incisos III, IV, V e VII, a perda será declarada pela Mesa, de ofício ou mediante provocação de qualquer dos membros da Câmara, ou de partido político ali representado, assegurada ampla defesa.

§ 4º A renúncia de Vereador submetido a processo que vise ou possa levar à perda de mandato, nos termos deste artigo, terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais de que tratam os §§ 2º e 3º.

Art. 65 Não perderá o mandato o Vereador:

I - que for investido no cargo de Secretário Municipal, ou função equivalente, desde que se licencie do exercício da vereança, podendo, nesse caso, optar pela remuneração do mandato;

II - que for licenciado pela Câmara.

§ 1º O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em funções previstas neste artigo ou de licença superior a 30 (trinta) dias.

§ 2º Ocorrendo vaga e não havendo suplente, far-se-á eleição para preenchê-la se faltarem mais de 15 (quinze) meses para o término do mandato.

Art. 66 No caso de vaga ou de licença de Vereador, o Presidente da Câmara convocará imediatamente, por escrito, o suplente.

§ 1º O suplente convocado deverá tomar posse no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar da data da convocação, salvo motivo justo aceito pela Câmara.

§ 2º Enquanto a vaga não for preenchida, o quorum é calculado em função do número de Vereadores remanescentes.

Art. 67 O Vereador pode licenciar-se:

I - por motivo de doença devidamente comprovada, ou em licença-gestante;

II - para desempenhar missões temporárias de caráter cultural ou de interesse local;

III - por ser investido no cargo de Secretário Municipal ou função equivalente;

IV - para tratar de interesses particulares, por prazo determinado, sem remuneração, podendo reassumir o seu mandato antes do término da licença.

§ 1º O Vereador não pode licenciar-se por mais de 120 (cento e vinte) dias, contínua ou intercaladamente, por sessão legislativa, para tratar de interesses particulares, sob pena de perda do mandato.

§ 2º O Vereador licenciado nos termos dos incisos I e II deste artigo, será considerado em exercício para efeito de remuneração.

Art. 68 Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar sobre fatos de que tenham conhecimento em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

Art. 69 O Vereador pode, nos limites da competência da Câmara Municipal, apresentar:

I - projetos de lei;

II - projetos de decretos legislativos;

III - indicações, sugerindo a execução de obras, serviços ou medidas de interesse local;

IV - pedidos de informações;

V - pedidos de providências, em caráter pessoal, ao Poder Executivo Municipal;

VI - projetos de resolução;

VII - emendas às matérias submetidas à Câmara;

VIII - requerimentos para manifestação de regozijo, ou de pesar, ou para inserção nos anais da Casa, de documentos ou publicações, após votados, mediante apresentação do original.

Art. 70 Ocorre a substituição do vereador nos casos de licença, legítimo impedimento, vaga por morte ou renúncia, devendo assumir o suplente convocado nos termos da lei.

§ 1º O legítimo impedimento deve ser reconhecido pela própria Câmara e o Vereador declarado impedido será considerado como em pleno exercício de seu mandato, sem direito à remuneração e convocação do suplente.

§ 2º A convocação do suplente ocorrerá no caso de licença superior a trinta dias, podendo o vereador licenciado reassumir antes do término do prazo solicitado.

SEÇÃO IV DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA

Art. 71 É da competência exclusiva da Câmara:

I - aprovar, promulgar e emendar a Lei Orgânica;

II - aprovar e emendar o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores;

III - eleger a sua Mesa, a cada ano, bem como destituí-la, a qualquer tempo;

IV - organizar a sua secretaria e serviços administrativos;

V - dispor sobre os seus servidores;

VI - receber o compromisso e dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito;

VII - receber e conhecer da renúncia do Prefeito e do Vice-Prefeito;

VIII - processar e julgar o Prefeito e o Vice-Prefeito nos crimes de responsabilidade, e os Secretários do Município nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;

IX - afastar o Prefeito e o Vice-Prefeito definitivamente de seus cargos, nos termos da lei;

X - conceder licença para afastamento do Prefeito, ou do Vice-Prefeito quando em exercício, por período superior a 48 (quarenta e oito) horas do Município, ou por qualquer período do Estado ou do País; ([Inciso declarado inconstitucional pela Ação Direta de Inconstitucionalidade número 70005888839, que tramitou pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul](#))

XI - criar comissão de inquérito sobre fato determinado que se inclua na competência do Município, por força de requerimento de um terço de seus membros;

XII - declarar a perda do mandato de Vereador, por maioria absoluta de seus membros;

XIII - receber renúncia de Vereador;

XIV - sustar atos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar;

XV - suspender a execução, no todo ou em parte, de qualquer ato, resolução ou regulamento municipal que haja sido declarado, pelo Poder Judiciário, infringente da Constituição da União, da Constituição do Estado, da Lei Orgânica ou de qualquer lei ordinária;

XVI - ordenar a sustação de contrato impugnado pelo Tribunal de Contas;

XVII - zelar pela preservação de sua competência legislativa, ante as atribuições normativas do Poder

Executivo Municipal e dos poderes constituídos do País;

XVIII - exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, inclusive na administração indireta, através de processo estabelecido nesta Lei Orgânica e na lei;

XIX - solicitar informações ao Poder Executivo, por escrito, sobre fatos relacionados à administração;

XX - convocar Secretário Municipal para prestar, pessoalmente, informações sobre assuntos de seu cargo, previamente determinados, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada, ou a sua presença silenciosa;

XXI - apreciar anualmente as contas e os relatórios do Tribunal de Contas;

XXII - tomar e julgar as contas do Prefeito e da Mesa, no prazo de trinta dias após o recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, observados os seguintes preceitos:

a) o parecer prévio emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito anualmente deverá prestar, somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara de Vereadores;

b) realizadas três sessões sem deliberação, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do parecer do Tribunal de Contas;

c) rejeitada, as contas, a cópia do parecer ou relatório do Tribunal de Contas do Estado e resultado da votação na Câmara de Vereadores serão imediatamente remetidas ao Ministério Público, para os devidos fins;

d) proceder à tomada de contas do Prefeito Municipal, quando não apresentadas à Câmara de Vereadores, dentro de 60 (sessenta) dias após a abertura dos trabalhos legislativos;

XXIII - promover consultas plebiscitárias ou referendárias, conforme a lei;

XXIV - fixar a remuneração de seus membros, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, usando como critério o menor vencimento do quadro permanente dos servidores municipais.

Art. 72 Compete à Câmara Municipal de Vereadores, com a sanção do Prefeito Municipal:

I - legislar sobre assuntos de interesse local, inclusive suplementando as legislações federal e estadual;

II - legislar sobre tributos municipais, autorizar isenções, descontos e anistias fiscais, e remissão de dívidas;

III - votar a lei de diretrizes orçamentárias, o plano plurianual e o orçamento anual, bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;

IV - deliberar sobre a obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, assim como sobre a forma e os meios de pagamento;

V - autorizar a concessão de auxílios e de subvenções;

VI - autorizar a concessão de uso de bens públicos municipais e sua alienação;

VII - autorizar a concessão ou a permissão de serviços de interesse público;

VIII - autorizar a aquisição de bens imóveis e a desapropriação por utilidade ou interesse públicos, desde que haja previsão orçamentária;

IX - dispor sobre a criação, a organização e a supressão de distritos;

X - criar, alterar e extinguir cargos, funções e empregos públicos, exceto os da Secretaria da Câmara de Vereadores e de seus servidores;

XI - autorizar convênios com a União, com o Estado, e com entidades públicas, consórcios com outros municípios, e contratos com pessoas de direito privado; ([Inciso declarado inconstitucional pela Ação Direta de Inconstitucionalidade número 70011916897, que tramitou pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul](#))

XII - delimitar o perímetro urbano;

XIII - denominar bairros, logradouros e vias públicas, ou alterar as suas denominações;

XIV - estabelecer o regime jurídico dos servidores públicos municipais e legislar sobre a admissão dos contratados ao abrigo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Art. 73 São, ainda, atribuições da Câmara Municipal:

I - solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos referentes à administração;

II - exercer a fiscalização financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município, podendo fazê-lo com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado;

III - conceder título de Cidadão Honorário a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado serviços relevantes ao Município, mediante decreto legislativo aprovado pelo voto de, no mínimo, dois terços de seus membros (art. 59, § 1º, d).

Parágrafo Único - O pedido de informações a que se reporta o inciso I deve ter justificativa, especificação e possibilidade material de atendimento no prazo legal.

SEÇÃO V DO PROCESSO LEGISLATIVO

SUBSEÇÃO I DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 74 O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

I - Lei Orgânica;

II - emendas à Lei Orgânica;

III - leis complementares;

IV - leis ordinárias;

V - decretos legislativos;

VI - resoluções.

SUBSEÇÃO II DAS EMENDAS À LEI ORGÂNICA

Art. 75 A Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta de:

I - um terço, no mínimo, dos Vereadores;

II - do Prefeito Municipal;

III - iniciativa popular.

§ 1º A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de Estado de Sítio ou na de intervenção no Município.

§ 2º A proposta será discutida e votada em dois turnos, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambas as votações, o voto favorável de dois terços dos integrantes da Casa.

§ 3º A emenda à Lei Orgânica será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo número de ordem.

§ 4º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

§ 5º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I - a separação dos Poderes municipais;

II - os direitos e garantias individuais.

SUBSEÇÃO III DAS LEIS

Art. 76 A iniciativa das leis complementares e das ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara de Vereadores, à Mesa, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos, nos casos e nas formas previstos nesta Lei Orgânica.

Art. 77 São objeto de lei complementar:

I - O Código Tributário do Município;

II - O Código de Obras e Edificações;

III - O Código Administrativo;

IV - O Plano Diretor Urbano;

V - O Estatuto dos Servidores Municipais;

VI - O Estatuto do Magistério Público Municipal e o seu Plano de Carreira;

VII - A lei que instituir ou extinguir imposto, taxas e contribuições. (Redação acrescida pela Emenda à Lei Orgânica nº 11/2003) (Inciso declarado inconstitucional pela Ação Direta de Inconstitucionalidade número 70010237014, que tramitou pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul)

§ 1º As leis complementares exigem, para a sua aprovação, o voto favorável de, no mínimo, dois terços dos membros da Câmara de Vereadores em duas votações. (Parágrafo declarado inconstitucional pela Ação Direta de Inconstitucionalidade número 70010237014, que tramitou pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul)

§ 2º Os projetos previstos neste artigo deverão ser precedidos de ampla divulgação, antes da discussão da Câmara, e, no prazo de 15 (quinze) dias contados de sua apresentação, qualquer entidade organizada poderá apresentar emenda popular ao Poder Legislativo. [\(Parágrafo declarado inconstitucional pela Ação Direta de Inconstitucionalidade número 70010237014, que tramitou pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul\)](#)

Art. 78 São de iniciativa privativa do Prefeito as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, funções e empregos públicos e de suas remunerações, exceto no que concerne aos servidores diretos da Câmara de Vereadores;

II - servidores do Município e seus regimes jurídicos.

Art. 79 O Prefeito Municipal poderá solicitar que a Câmara de Vereadores aprecie em regime de urgência os projetos de sua iniciativa.

§ 1º Recebida a solicitação, a Câmara terá 30 (trinta) dias para apreciação do projeto de que trata o pedido.

§ 2º Não havendo deliberação no prazo previsto, o projeto será incluído na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação de qualquer outro assunto, até que se ultime a votação.

§ 3º Os prazos de que trata este artigo serão interrompidos durante o recesso parlamentar.

Art. 80 A Câmara de Vereadores, mediante requerimento subscrito pela maioria absoluta de seus membros, pode retirar da Ordem do Dia, em caso de convocação extraordinária, projeto de lei que não tenha tramitado no Poder Legislativo pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

Art. 81 O projeto de lei, se aprovado, será enviado ao Prefeito que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º [Se o Prefeito jogar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, dentro de 15 \(quinze\) dias úteis contados a partir daquele em que o recebeu, e publicará o motivo do veto, devolvendo o projeto ou a parte vetada à Câmara de Vereadores, dentro de 48 \(quarenta e oito\) horas.](#) (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 23/2013)

§ 2º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 3º [Decorrido o prazo de 15 \(quinze\) dias, o silêncio do Prefeito Municipal importará sanção.](#) (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 13/2006)

§ 4º O veto será apreciado dentro de 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos integrantes da Casa, em escrutínio secreto (art. 58, V).

§ 5º Se o veto não for mantido, será o projeto enviado, para promulgação, ao Prefeito.

§ 6º Se a lei não for promulgada pelo Prefeito Municipal, nos casos dos parágrafos terceiro e quinto, o Presidente da Câmara a promulgará, e, se este não o fizer em 48 (quarenta e oito horas), caberá ao Vice-Presidente da Câmara fazê-lo, em igual prazo.

§ 7º Não sendo, ainda, promulgada nos termos do parágrafo anterior, qualquer Vereador poderá requerer a sua promulgação no prazo de quarenta e oito (48) horas, sob pena de responsabilização do Presidente.

Art. 82 A matéria constante de projeto de lei rejeitado só poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos integrantes da Câmara de

Vereadores.

Art. 83 A requerimento de Vereador, os projetos de lei, decorridos 30 (trinta) dias de seu recebimento, serão incluídos na Ordem do Dia.

Parágrafo Único - O projeto somente pode ser retirado da Ordem do Dia a requerimento do autor, devendo ser comunicado o plenário.

Art. 84 O Prefeito pode enviar à Câmara de Vereadores projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais, se o solicitar, deverão ser apreciados dentro de 60 (sessenta) dias, a contar de seu recebimento.

§ 1º Se o Prefeito considerar urgente a matéria constante do projeto de lei, poderá solicitar que a sua apreciação seja feita em 30 (trinta) dias.

§ 2º O pedido de urgência na apreciação do projeto de lei será expresso, podendo ser feito após a sua remessa, considerando-se a data do pedido para a contagem do prazo de 30 (trinta) dias.

§ 3º Esgotados esses prazos, o projeto de lei será obrigatoriamente incluído na Ordem do Dia, suspendendo-se a deliberação sobre qualquer outro projeto ou assunto até que se ultime a votação.

§ 4º As disposições deste artigo não se aplicam na tramitação dos projetos de leis complementares.

SUBSEÇÃO IV DOS DECRETOS LEGISLATIVOS E DAS RESOLUÇÕES

Art. 85 O projeto de decreto legislativo é a proposição destinada a regular a matéria de competência exclusiva da Câmara de Vereadores, que produza efeitos externos.

Parágrafo Único - O decreto legislativo não depende da sanção do Prefeito Municipal e é aprovado pelo Plenário, em um só turno, por maioria simples de votos e promulgado pelo Presidente da Câmara.

Art. 86 O projeto de resolução é a proposição destinada a regular matéria político-administrativa da Câmara de Vereadores, de sua competência exclusiva.

Parágrafo Único - A resolução não depende da sanção do Prefeito Municipal e é aprovado pelo Plenário, em um só turno, por maioria simples de votos e promulgado pelo Presidente da Câmara.

SUBSEÇÃO V DA INICIATIVA POPULAR E DA TRIBUNA LIVRE

Art. 87 A iniciativa popular no processo legislativo será exercida mediante a apresentação de:

I - projeto de lei;

II - proposta de emenda à Lei Orgânica;

III - emenda a projeto de lei orçamentária, de lei de diretrizes orçamentárias e do plano plurianual.

§ 1º A iniciativa popular será tomada pela apresentação à Câmara Municipal de projeto de lei, ou de emenda, subscrito, no mínimo, por 5% (cinco por cento) do número de eleitores inscritos no Município.

§ 2º A subscrição do projeto de lei será identificada com o nome legível, sua assinatura e número do título eleitoral de cada um dos signatários.

§ 3º A tramitação dos projetos de lei por iniciativa popular obedece às normas aplicáveis à tramitação

dos demais projetos.

Art. 88 Fica assegurada a participação dos cidadãos no processo legislativo, pelo uso da tribuna da Câmara de Vereadores, desde que comprovem seu interesse pela matéria em discussão.

Parágrafo Único - O Regimento Interno disciplinará a maneira de acesso e normas gerais sobre o funcionamento da tribuna livre.

SEÇÃO VI DAS COMISSÕES

Art. 89 A Câmara Municipal terá comissões permanentes e temporárias, constituídas e com as atribuições previstas nesta Lei Orgânica, no Regimento Interno ou no ato de que resultar sua criação.

§ 1º Na constituição de cada comissão será assegurada, quando possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participem da Câmara.

§ 2º Às comissões, em razão da matéria de competência, cabe:

- I - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;
- II - convocar Secretários Municipais e dirigentes de órgãos da administração indireta, para prestarem informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;
- III - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;
- IV - solicitar informações ou depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;
- V - apreciar e emitir parecer sobre planos e programas municipais;
- VI - emitir parecer sobre as matérias submetidas à Câmara de Vereadores.

Art. 90 A Comissão Representativa da Câmara Municipal será composta pela Mesa e por um representante de cada bancada.

Parágrafo Único - A Comissão Representativa deve apresentar relatório dos trabalhos por ela realizados, quando do reinício do período de funcionamento ordinário da Câmara.

Art. 91 A Comissão Representativa da Câmara Municipal funciona nos interregnos das sessões legislativas ordinárias com as seguintes atribuições:

- I - zelar pelas prerrogativas do órgão legislativo;
- II - zelar pela observância da Lei Orgânica;
- III - autorizar o Prefeito a se ausentar do Município e do Estado;
- IV - convocar Secretários do Município ou titulares de diretorias equivalentes;
- V - convocar extraordinariamente a Câmara;
- VI - tomar medidas urgentes de competência da Câmara Municipal.

Parágrafo Único - No início de cada legislatura, após a eleição da Mesa, será formada a Comissão

Representativa para funcionar até o início da sessão legislativa.

Art. 92 A Câmara Municipal criará, automaticamente, mediante requerimento de um terço dos Vereadores, Comissões Legislativas de Inquérito, para apuração de fato determinado e por prazo certo.

Parágrafo Único - As Comissões Legislativas de Inquérito terão poderes de investigação próprios de autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal aos infratores.

SEÇÃO VII DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DE VEREADORES

Art. 93 Ao Presidente da Câmara, dentre outras atribuições, compete:

- I - representar a Câmara;
- II - dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos da Câmara;
- III - fazer cumprir esta Lei Orgânica, o Regimento Interno e, em caso de dúvida, recorrer à Mesa juntamente com as lideranças das bancadas;
- IV - promulgar as resoluções e decretos legislativos, bem como as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado pelo plenário;
- V - fazer publicar os atos da Mesa, bem como as resoluções, os decretos legislativos e as leis por ele promulgadas;
- VI - declarar extinto o mandato do Prefeito, do Vice-Prefeito e de Vereadores, nos casos previstos em lei;
- VII - requisitar o numerário destinado às despesas da Câmara;
- VIII - apresentar ao plenário até o dia vinte de cada mês, o balancete relativo aos recursos recebidos e às despesas do mês anterior;
- IX - representar sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato administrativo;
- X - manter a ordem no recinto da Câmara, podendo solicitar a força necessária para esse fim.

SEÇÃO VIII DA MESA DA CÂMARA DE VEREADORES

Art. 94 Imediatamente depois da posse, os Vereadores reunir-se-ão, sob a presidência do mais idoso dentre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que ficarão automaticamente empossados.

§ 1º Não havendo eleição da Mesa, o Vereador mais idoso permanecerá no exercício da presidência e convocará sessões diárias até que ocorra a eleição.

§ 2º Será de um (01) ano o mandato de membro da Mesa, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente (art. 53, § 4º).

§ 3º A eleição para a renovação da Mesa realizar-se-á na última sessão ordinária da sessão legislativa, e os eleitos serão automaticamente empossados.

§ 4º Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído pelo voto de dois terços dos membros da Câmara quando faltoso, omissor ou ineficiente no desempenho de suas atribuições, elegendo-se outro Vereador para o seu lugar.

§ 5º Na votação de destituição de componente da Mesa, é assegurada ampla defesa ao acusado.

Art. 95 A Mesa da Câmara de Vereadores é composta por três (03) Vereadores, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário. (art. 53).

Art. 96 Dentre outras atribuições, compete à Mesa:

I - elaborar e expedir, mediante Ato, a discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara de Vereadores, bem como alterá-las, se necessário;

II - apresentar projetos de lei dispendo sobre abertura parcial ou total da dotação da Câmara;

III - suplementar, mediante Ato, as dotações do orçamento da Câmara de Vereadores, observados os limites da autorização constante da lei orçamentária;

IV - devolver à Tesouraria do Poder Executivo o saldo de caixa existente na Câmara de Vereadores, ao final de cada exercício;

V - enviar ao Prefeito, até do dia 15 (quinze) de março de cada ano, as contas do exercício anterior;

VI - nomear, promover, comissionar, conceder licenças, colocar em disponibilidade, exonerar, demitir, aposentar e punir os servidores diretos da Câmara de Vereadores;

VII - propor a criação e a extinção de cargos, funções e empregos referentes aos serviços da Câmara de Vereadores;

VIII - declarar a perda do mandato de Vereador, nos casos previstos nesta Lei Orgânica (art. 64);

IX - encaminhar pedidos de informações aos Secretários Municipais, ou diretores equivalentes.

TÍTULO IV DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

Capítulo I DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 97 O sistema tributário no Município é regido pelo disposto na Constituição Federal e na do Estado, no Código Tributário Nacional, em leis Complementares, nesta Lei Orgânica e no Código Tributário Municipal.

§ 1º O sistema tributário compreende os seguintes tributos:

I - impostos;

II - taxas;

III - contribuições de melhoria.

IV - contribuição para custeio da iluminação pública.

§ 2º A contribuição para custeio da iluminação pública, definida por lei complementar específica, nos termos do caput, servirá para custeio do serviço de iluminação pública; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 11/2003)

Art. 98 Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao Município:

I - exigir ou aumentar tributo sem que lei o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III - cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

IV - utilizar tributo com efeito de confisco;

V - estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos ou taxas, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Município;

VI - instituir impostos sobre:

a) o patrimônio, renda ou serviço da União, do Estado, do Distrito Federal e dos outros municípios;

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais de trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

d) livros, jornais, periódicos e sobre o papel destinado à sua impressão.

VII - estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

§ 1º A vedação do inciso VI, alínea "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 2º As vedações do inciso VI, alínea "a", e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com a exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativo ao bem imóvel.

§ 3º As vedações do inciso VI, alíneas "b" e "c", compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

Art. 99 A administração municipal promoverá, por todos os meios cabíveis, nos primeiros seis meses de cada ano, a cobrança de toda a dívida ativa do exercício anterior.

Art. 100 A concessão de anistia, remissão, isenção, subsídios, benefícios e incentivos fiscais, bem

como a dilatação de prazos de pagamento de tributos, e, ainda, qualquer redução da base de cálculo ou de alíquota estabelecida, somente será feita mediante lei ordinária específica.

§ 1º Os benefícios e os incentivos a que se refere este artigo, serão concedidos por prazo determinado, não podendo ultrapassar o primeiro ano da legislatura seguinte.

§ 2º A concessão de anistia ou de remissão fiscal no último exercício de cada legislatura só poderá ser admitida no caso de calamidade pública.

§ 3º As isenções, os benefícios e os incentivos fiscais objeto de convênios celebrados entre o Município e as demais unidades da Federação serão estabelecidos por prazo certo e sob condições determinadas e somente terão eficácia após ratificação pela Câmara Municipal de Vereadores.

§ 4º A compensação de créditos tributários do Município, inclusive aqueles objeto de processo de execução fiscal, poderá ser operada com os créditos de qualquer natureza, desde que líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo.

SEÇÃO II DOS IMPOSTOS

Art. 101 Compete ao Município instituir impostos sobre:

I - a propriedade predial e territorial urbana;

II - a transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição;

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, da Constituição Federal definidos em lei complementar.

§ 1º O imposto previsto no inciso I poderá ser progressivo, nos termos de lei municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

§ 2º O imposto previsto no inciso II não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.

§ 3º Os impostos terão, sempre que possível, caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração pública, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

SEÇÃO III DAS TAXAS

Art. 102 As taxas municipais têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

Parágrafo Único - As taxas instituídas não poderão ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto, nem ser calculada em função do capital de pessoas jurídicas ou de empresas em nome individual.

SEÇÃO IV DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Art. 103 A contribuição de melhoria é instituída, por lei ordinária específica, para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Parágrafo Único - A lei relativa à contribuição de melhoria observará os requisitos previstos no Código Tributário Nacional.

Capítulo II DAS FINANÇAS PÚBLICAS

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 104 A receita e a despesa públicas obedecerão às seguintes leis, de iniciativa do Poder Executivo:

I - do plano plurianual (art. 60; art. 107);

II - de diretrizes orçamentárias (art. 60; art. 108);

III - dos orçamentos anuais (art. 60; art. 109).

§ 1º As disponibilidades de caixa do Município serão depositadas em instituições financeiras oficiais, em observância do disposto no art. 164 da Constituição Federal.

§ 2º É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e própria dos servidores públicos.

Art. 105 É assegurado ao Município, sempre que ocorrer suprimento de recursos, por força de convênios, a pessoas físicas ou jurídicas, o controle e a fiscalização da aplicação desses recursos nas finalidades a que tenham sido destinados.

Art. 106 O Município observará o que dispõem as legislações federal e estadual, no que concerne:

I - às finanças públicas;

II - à dívida pública do Município;

III - à concessão de garantias acessórias de créditos;

IV - à emissão e ao resgate de títulos de dívida pública;

V - às operações de câmbio.

SEÇÃO II DO PLANO PLURIANUAL

Art. 107 A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, por setores administrativos e pelos distritos municipais, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

Parágrafo Único - Será dada ampla divulgação ao projeto de lei relativo ao Plano Plurianual, sendo assegurada a participação popular mediante a realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão do plano.

SEÇÃO III DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 108 A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária.

§ 1º Essa Lei disporá também sobre:

- a) equilíbrio entre receitas e despesas;
- b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas nesta Lei Orgânica e nas leis federais aplicáveis, especialmente a Lei Complementar nº 101/2000;
- c) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- d) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- e) indicação do índice de preços como fator de reajustamentos monetários;
- f) disposições gerais sobre a programação financeira.

§ 2º Integrará o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias o Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

§ 3º O Anexo conterá ainda:

- I - avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;
- II - demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendido, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- III - evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- IV - avaliação da situação financeira e atuarial;
- V - demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

§ 4º A Lei de Diretrizes Orçamentárias conterá anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

§ 5º Será dada ampla divulgação ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias, sendo assegurada a participação popular mediante a realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão do projeto.

SEÇÃO IV DO ORÇAMENTO

Art. 109 A lei orçamentária anual, elaborada de forma compatível com a Lei do Plano Plurianual, com a

Lei de Diretrizes Orçamentárias e demais leis estaduais e federais aplicáveis, compreenderá:

I - o orçamento geral da administração direta, compreendendo as receitas e despesas dos Poderes do Município, seus órgãos e seus fundos, e das entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o orçamento de investimento das empresas nas quais o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III - o orçamento de seguridade social, abrangendo os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público;

IV - em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais à Lei de Diretrizes Orçamentárias;

V - o documento a que se refere o § 6º do artigo 165 da Constituição Federal, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

VI - o demonstrativo da reserva de contingência cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º O orçamento geral da administração direta será acompanhado de demonstrativo, por setores da administração pública, dos efeitos, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 2º A lei orçamentária não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 3º As leis orçamentárias incluirão obrigatoriamente na previsão da receita e de sua aplicação todos os recursos de transferências, inclusive os oriundos de convênios com outros entes federativos e os destinados a fundos especiais.

§ 4º Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.

§ 5º A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.

§ 6º É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

§ 7º A Lei Orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão (art. 167 da Constituição Federal).

§ 8º A Lei Orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias, devendo o Poder Executivo encaminhar ao Legislativo, até a data do envio do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, relatório com as informações necessárias ao cumprimento do disposto neste parágrafo, ao qual será dada ampla divulgação.

§ 9º As despesas com publicidade, de qualquer dos Poderes Municipais, ou de quaisquer secretarias, órgãos ou entidades da administração direta ou indireta, deverão ser objeto de dotação orçamentária específica, com denominação "publicidade", de cada órgão, fundo, empresa ou subdivisão

administrativa dos Poderes, a qual não pode ser complementada ou suplementada senão através de lei específica.

Art. 110 Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

§ 1º Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

§ 2º A execução orçamentária e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, por meio de sistema de contabilidade e administração financeira, para fins de observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição Federal.

Art. 111 Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e pela Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 112 O Poder Executivo publicará, até o trigésimo dia após o encerramento de cada mês, relatório resumido da execução orçamentária, bem como apresentará ao Poder Legislativo, trimestralmente, até o trigésimo dia após o encerramento do trimestre, o comportamento das finanças públicas e da evolução da dívida pública, devendo constar do demonstrativo correspondente aos trimestres civis do ano:

I - as receitas, as despesas e a evolução da dívida pública;

II - a projeção das receitas, das despesas e da dívida pública até o fim do exercício financeiro.

Parágrafo Único - As receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Art. 113 A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária (art. 100) da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a, pelo menos, uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária, na forma o art. 12 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II - estar acompanhadas de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput desta artigo decorrer da condição contida no inc. II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as

medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior aos dos respectivos custos de cobrança, mas esse cancelamento depende da aprovação da competente lei que, em anexo, deverá conter a relação nominal dos beneficiários e seus débitos e demonstração das despesas estimadas para a cobrança.

Art. 114 Os projetos das leis referidas no art. 104 serão enviados pelo Prefeito ao Presidente da Câmara de Vereadores, nos seguintes prazos:

I - o projeto de lei do plano plurianual, até o dia 30 (trinta) de junho do primeiro ano de mandato;

II - O projeto de lei da Lei de Diretrizes Orçamentárias, anualmente, até o dia 30 (trinta) de julho; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 20/2013)

III - O projeto de lei da Lei do Orçamento Anual, até o dia 30 (trinta) de outubro de cada ano. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 20/2013)

Art. 115 Os projetos das leis referidas no art. 104, serão apreciados e votados pela Câmara Municipal, na forma do art. 60 e demais dispositivos aplicáveis.

§ 1º As emendas ao projeto de lei referente ao orçamento anual e aos projetos que o modifiquem, somente poderão obter aprovação quando:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

- a) dotações para pessoal e seus encargos;
- b) serviço da dívida.

III - sejam relacionadas:

- a) com a correção de erros materiais ou omissões;
- b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 2º As emendas aos projetos de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o Plano Plurianual.

§ 3º Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição ao projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesa correspondente, poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 116 Os projetos de lei de que trata o artigo 107, após a apreciação pelo Poder Legislativo, deverão ser encaminhados para sanção nos seguintes prazos:

I - o projeto de lei do plano plurianual, até o dia 15 (quinze) de agosto do primeiro ano do mandato do Prefeito;

II - O projeto de lei da Lei de Diretrizes Orçamentárias, até o dia 15 (quinze) de setembro de cada ano; (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 20/2013)

III - O projeto de lei da Lei do Orçamento Anual, até o dia 30 (trinta) de dezembro de cada ano. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 20/2013)

Art. 117 Se o Prefeito não enviar o projeto de lei do orçamento anual no prazo legal, o Poder Legislativo adotará como proposta de orçamento a lei orçamentária em vigor, com as emendas que forem propostas e aprovadas.

Art. 118 Se a Câmara Municipal não enviar para sanção os projetos de lei do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual, nos prazos fixados no art. 116, serão esses promulgados como lei conforme remetidos pelo Prefeito.

Art. 119 São vedados, sob pena de invalidade absoluta e das sanções previstas nos arts. 40 e 41:

I - o início de programas ou de projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade certa e determinada, aprovados pela Câmara de Vereadores por maioria absoluta de votos;

IV - a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo as previstas no plano plurianual, as operações de crédito aprovadas por lei municipal, e as vinculações previstas na Constituição Estadual e nesta Lei Orgânica, referentes ao ensino, bem como a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas na Constituição Federal e na Constituição do Estado;

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem a indicação dos recursos correspondentes;

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de uma dotação ou rubrica para outra, ou, ainda, de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscais e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações ou fundos;

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem a prévia autorização legislativa;

X - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais e dos descontos afetados realizados nas remunerações ou nos subsídios, para fins diversos daqueles para que foram previamente destinados;

XI - a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções, ou a alteração da estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelo Município, ou por seus órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações mantidas pelo poder público, que somente poderão ser feitas:

a) se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

b) se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias.

XII - as subvenções ou auxílios do Poder Público às entidades de previdência privada com fins lucrativos.

§ 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem

prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente;

§ 3º A abertura de créditos extraordinários somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como às decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, obedecida a aprovação do Poder Legislativo.

§ 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos e pelos recursos provenientes da União e do Estado, para a prestação de garantias acessórias de débitos para com a União ou para com o Estado, mediante autorização legislativa prévia e específica.

Art. 120 Nenhum contribuinte está obrigado ao pagamento de qualquer tributo sem aviso ou notificação, na forma estabelecida em lei municipal, assegurada a interposição de recurso.

Art. 121 Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados ao Poder Legislativo, ser-lhe-ão entregues até o dia 20 (vinte) de cada mês.

Art. 122 A despesa com o pessoal ativo e inativo do Município, não poderá exceder, em cada período de apuração, 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida.

§ 1º Na verificação do atendimento do limite estabelecido neste artigo, não serão computadas as despesas:

I - de indenização por demissão de servidores ou empregados;

II - relativas a incentivos à demissão voluntária;

III - decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18, da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

IV - com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes:

- a) da arrecadação de contribuições dos segurados;
- b) da compensação financeira de que trata o § 9º, do art. 201 da Constituição Federal;
- c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.

§ 2º Observado o disposto no inciso IV do § 1º, as despesas com pessoal decorrentes de sentenças judiciais serão incluídas no limite do respectivo Poder ou órgão referido no artigo seguinte.

Art. 123 A repartição do limite estabelecido no artigo anterior não poderá exceder os seguintes percentuais:

- a) 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo;
- b) 54% (cinquenta quatro por cento) para o Poder Executivo.

§ 1º Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base neste artigo, o Prefeito e o Presidente da Câmara, em cada órgão, adotarão as seguintes providências:

I - redução em, pelo menos, 30% (trinta por cento) das despesas com cargos em comissão e funções

de confiança;

II - exoneração dos servidores não estáveis.

§ 2º Se as medidas adotadas com base no parágrafo anterior não forem suficientes para assegurar o cumprimento do disposto no caput deste artigo, o servidor estável poderá perder o cargo, desde que ato normativo motivado de cada um dos Poderes especifique a atividade funcional, o órgão ou unidade administrativa objeto de redução de pessoal, conforme os dispositivos de Lei Federal.

§ 3º O servidor que perder o cargo na forma do parágrafo anterior fará jus a indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.

§ 4º O cargo objeto da redução prevista nos parágrafos anteriores será considerado extinto, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de 04 (quatro) anos.

SEÇÃO V DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 124 A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e dos órgãos da administração, e de qualquer entidade constituída e mantida pelo Município, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, à aplicação de subvenções e à renúncia de receitas, será exercida pela Câmara de Vereadores, mediante controle externo, e pelo sistema de controle de cada um dos poderes.

§ 1º O controle externo da Câmara de Vereadores será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, não podendo ser negada, a esse órgão estadual, nenhuma informação.

§ 2º A verificação do cumprimento dos limites orçamentários será realizada ao final de cada quadrimestre, com observância da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

§ 3º É vedado ao titular de Poder, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito, considerando-se na determinação da disponibilidade de caixa todos os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

§ 4º A transparência, o controle e a fiscalização da gestão fiscal subordinam-se aos dispositivos das leis federais e estaduais pertinentes, especialmente ao estabelecido na Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 125 Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos pelos quais o Município responda, ou que, em nome deste, assuma obrigação de natureza pecuniária.

Art. 126 É dever do cidadão, dos partidos políticos, das associações e dos sindicatos, denunciar, perante o Tribunal de Contas do Estado, as irregularidades ou ilegalidades de que tiver conhecimento.

SEÇÃO VI DOS INCENTIVOS FISCAIS

Art. 127 O Município poderá conceder incentivos fiscais, por isenção ou por desconto de tributos, por prazo determinado, aos empreendimentos que, simultaneamente:

I - comprovem ter potencial para elevar, no prazo máximo de 3 (três) anos, a receita tributária do

Município;

II - permitam a abertura de número significativo de empregos.

TÍTULO V DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

Capítulo I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 128 Na organização da sua economia e em cumprimento do estabelecido nas constituições Federal e Estadual, incumbe prioritariamente ao Município, no âmbito econômico e social:

I - promover o aumento do bem-estar social e econômico do homem e da qualidade de vida da população, especialmente das classes menos favorecidas;

II - valorizar, econômica e socialmente, o trabalho e o trabalhador;

III - fazer cumprir a função social da propriedade urbana e da rural;

IV - assegurar a livre concorrência;

V - planificar o desenvolvimento, determinante para o setor público e indicativo para o setor privado;

VI - proteger o consumidor;

VII - dar tratamento favorecido para os empreendimentos de pequeno porte;

VIII - dar tratamento favorecido para a pequena propriedade rural;

IX - proteger e exigir a proteção da natureza;

X - integrar as ações do Município com as da União e do Estado, no sentido de garantir a segurança social, destinada a tornar efetivos os direitos ao trabalho, à educação, à cultura, ao desporto, ao lazer, à saúde e à assistência social;

XI - estimular a participação da comunidade, através de entidades organizadas, nos planos e projetos de desenvolvimento municipal.

§ 1º A propriedade rural cumpre a sua função social quando atende aos requisitos postos em lei.

§ 2º A propriedade urbana cumpre a sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor Urbano.

§ 3º O Município promoverá a defesa permanente dos direitos do consumidor através de sua conscientização, da prevenção e da responsabilização por danos a eles causados, pela criação de um conselho de consumidores, pela fiscalização e pela sua integração nas ações da União e do Estado.

§ 4º O Município apoiará e estimulará a criação de cooperativas e de associações comunitárias de produtores e artesãos, bem como de pequenos produtores rurais.

§ 5º O Município dispensará às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas e tributárias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

§ 6º É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade, independentemente de autorização de órgãos municipais, salvo nos casos previstos em lei.

Art. 129 A exploração direta de atividade econômica pelo Município somente será permitida quando necessária ao desenvolvimento da região ou quando se justifique por menor despesa pública.

Art. 130 O Município poderá intervir, através de desapropriação, na atividade econômica particular, em caso de ameaça fundamentada de paralisação, ou de efetiva paralisação definitiva de atividades industriais, comerciais ou de serviços relevantes para a economia do Município (lock-out).

Art. 131 Incumbe ao Poder Público Municipal, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos, no território do Município.

Parágrafo Único - A lei disporá sobre:

I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II - os direitos dos usuários;

III - a política tarifária;

IV - a obrigação de manter serviço adequado;

V - o prazo de concessão ou de permissão.

Capítulo II DA POLÍTICA URBANA

Art. 132 A política de desenvolvimento urbano será executada mediante lei de diretrizes gerais que tenha por objetivo ordenar o pleno e harmônico desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Parágrafo Único - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor Urbano.

Art. 133 O instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbanas é o Plano Diretor Urbano, executado de acordo com a lei de diretrizes gerais.

Art. 134 O Poder Público Municipal poderá, mediante lei específica para a área incluída no Plano Diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsória;

II - impostos sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, progressivos no tempo;

III - desapropriação, com pagamento mediante títulos da dívida pública, de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais e sucessivas, assegurando o valor real de indenização nos termos da legislação aplicável.

Art. 135 A lei de diretrizes gerais e o Plano Diretor da cidade atenderão aos seguintes princípios:

- I - melhoria da qualidade de vida;
- II - cumprimento da função social da propriedade;
- III - ordenação territorial;
- IV - equilíbrio do crescimento urbano;
- V - otimização da infra-estrutura;
- VI - inibição da especulação imobiliária;
- VII - plena utilização dos espaços;
- VIII - preservação do ambiente.

Art. 136 O Plano Diretor, além de obedecer os princípios expressos no artigo anterior, delimitará e disciplinará o zoneamento urbano, atendendo ao desenvolvimento harmônico:

- I - das áreas residenciais existentes e à previsão de novas áreas residenciais, especialmente destinadas aos menos favorecidos;
- II - das áreas industriais existentes e à previsão da sua expansão ou da criação de novas;
- III - das áreas destinadas exclusivamente ao comércio e à prestação de serviços, e das áreas mistas de comércio ou serviços e residenciais, e à previsão da criação de novas áreas para essas finalidades;
- IV - das áreas verdes, parques, praças e jardins, de uso comum do povo, já existentes, e à previsão de novas áreas de lazer;
- V - das vias de comunicação e de transporte;
- VI - de áreas para a prática pública de desportos coletivos e individuais;
- VII - da rede de esgotos e da coleta e depuração.

Art. 137 O Município, para assegurar o desenvolvimento urbano, poderá utilizar-se:

- I - da progressividade do imposto predial e territorial urbano;
- II - de tarifas e de preços diferenciados;
- III - do tombamento, nos termos da lei federal;
- IV - da desapropriação;
- V - da participação popular através de um Conselho de Desenvolvimento Urbano.

Parágrafo Único - A edificação particular requer prévia licença, mediante a apresentação de projetos assinados por profissional competente e sujeita à cassação a qualquer tempo, sem direito a indenização, se desobedecidas as normas legais e as condições em que tenha sido deferida a licença, sendo dever do Município fornecer o alinhamento predial e a cota de nível da obra.

Art. 138 As diretrizes gerais, para o desenvolvimento urbano, sujeitas à aprovação da Câmara Municipal, são definidas pelo Conselho de Desenvolvimento Urbano, composto por um representante

da cada um dos Poderes Públicos, de cada entidade de classe sediada no Município, de cada associação de moradores, e de cada um dos clubes de serviço e desportivos legalmente constituídos.

Capítulo III DA POLÍTICA RURAL

Art. 139 A política de desenvolvimento rural será executada mediante lei de diretrizes gerais que, de acordo com a política agrícola e fundiária da União, tenha por objetivo ordenar o pleno e harmônico desenvolvimento das funções sociais do meio rural e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Parágrafo Único - Incluem-se na política de desenvolvimento rural as atividades agrícolas, pecuárias, agro-industriais, piscícolas, florestais e hortifrutigranjeiras.

Art. 140 A política de desenvolvimento rural será estabelecida por lei de diretrizes rurais que atenderá aos seguintes princípios:

I - melhoria da qualidade de vida;

II - cumprimento da função social da propriedade;

III - otimização da circulação e do escoamento dos produtos da atividade rural;

IV - inibição da especulação imobiliária;

V - plena utilização dos espaços;

VI - preservação do ambiente;

VII - incentivo à criação de exúrbios e às atividades diretamente ligadas ao turismo rural;

VIII - criação de feiras livres para a comercialização direta, sem intermediação, de produtos da atividade rural.

Art. 141 O Município manterá e desenvolverá, em caráter complementar à União e ao Estado, serviço de assistência técnica e de extensão rural, garantindo atendimento prioritário aos pequenos e médios produtores e às suas associações.

Art. 142 O Município manterá e desenvolverá, em caráter complementar à União e ao Estado, serviço de inspeção de produtos de origem animal e de vegetais, destinados ao consumo humano, e de vigilância sanitária.

Art. 143 Compete ao Município, no âmbito da sua política rural:

I - elaborar planos e destinar recursos, em colaboração com a União e com o Estado, para a criação e o desenvolvimento de fontes alternativas locais de energia;

II - administrar os recursos florestais, os resíduos da atividade agrícola, e as pequenas quedas de água com potencial de aproveitamento energético.

TÍTULO VI DA ORDEM SOCIAL

Capítulo I DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 144 O Município tem o dever, integrado com a União, com o Estado e com a sociedade, de:

I - assegurar a todos os direitos relativos à saúde, à alimentação, à cultura, à educação, ao lazer e à profissionalização;

II - cuidar da proteção à família, à maternidade, à infância, à mulher, à criança, ao adolescente, ao idoso e ao excepcional;

III - zelar pela proteção e pela preservação do ambiente.

Capítulo II DA SAÚDE E DO SANEAMENTO

SEÇÃO I DA SAÚDE

Art. 145 A saúde é direito de todos e dever do Poder Público, em colaboração com a União e o Estado, para cujo cumprimento o Município atenderá:

I - à instauração de medidas sociais, educativas e econômicas que visem à redução do risco de doença e outros agravos;

II - à proteção da saúde das crianças e dos adolescentes matriculados em escolas públicas, principalmente ao que garante acesso aos programas e ações preventivas em saúde física e psíquica desenvolvidas por equipe multidisciplinar;

III - à garantia de acesso universal igualitário às ações e serviços para a promoção, a proteção e a recuperação da saúde.

Art. 146 São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle no âmbito municipal, podendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros.

Art. 147 As ações e serviços públicos municipais de saúde constituem-se em um sistema único, no âmbito do município, e podem integrar uma rede regionalizada e hierarquizada.

Parágrafo Único - O sistema único de saúde municipal é organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - descentralização das ações e serviços, com direção única em todo o Município;

II - integralidade na prestação de ações preventivas, curativas e reabilitadoras, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - desenvolvimento de programas e ações preventivas em saúde, direcionadas aos educandos da rede pública;

IV - universalização e equidade em todos os níveis de atenção à saúde, para a população urbana e rural;

V - participação da comunidade.

Art. 148 É livre a participação da iniciativa privada na assistência à saúde.

§ 1º As instituições privadas, especialmente as filantrópicas e as sem fins lucrativos, poderão participar do sistema único de saúde municipal, segundo as diretrizes deste, mediante contrato ou convênio.

§ 2º É vedada a destinação de auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

Art. 149 As ações e serviços públicos municipais, no âmbito da saúde, devem estar dirigidos, prioritariamente, ao atendimento dos menos favorecidos, especialmente quanto:

I - ao atendimento médico, medicamentoso e hospitalar;

II - ao atendimento da maternidade, da puericultura e da pediatria;

III - ao atendimento psiquiátrico e psicológico;

IV - ao atendimento odontológico.

Art. 150 Os recursos mínimos aplicados nas ações e serviços públicos de saúde serão equivalentes a no mínimo 11% (onze por cento) do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, I, b e § 3º., da Constituição Federal.

SEÇÃO II DO SANEAMENTO

Art. 151 O saneamento básico, considerado como atividade preventiva das ações de saúde, é serviço público essencial e poderá ser prestado diretamente por terceiros, mediante concessão ou permissão, na forma da lei.

Parágrafo Único - O saneamento básico compreende a captação, o tratamento e a distribuição de água potável, a coleta, o tratamento e a disposição final dos esgotos cloacais e do lixo, bem como a drenagem urbana.

Art. 152 É dever do Município a extensão progressiva do saneamento básico a toda a população urbana e rural, como condição básica da qualidade de vida, da proteção ambiental e do desenvolvimento social.

§ 1º A lei disporá sobre o controle, a fiscalização, o processamento e a destinação do lixo, dos resíduos urbanos, industriais, hospitalares e laboratoriais, de análises clínicas e assemelhados.

§ 2º O Município destinará áreas específicas para os depósitos do lixo domiciliar e dos resíduos de outras origens, promovendo a coleta seletiva, o reciclamento e o aproveitamento econômico.

§ 3º Nas áreas industriais, os efluentes serão tratados e reciclados de forma integrada pelas empresas através de condomínio de tratamento de resíduos.

Art. 153 A responsabilidade pela coleta, transporte, depósito e tratamento do lixo doméstico urbano é da Administração Municipal, observados os seguintes requisitos:

I - prestação do serviço em todas as áreas urbanas do Município, incluídos os distritos;

II - transporte com veículo apropriado;

III - fardamento completo dos servidores que efetuam a coleta do lixo, dentro das normas da saúde pública;

IV - cronograma da recolha, com divulgação dos dias e dos horários;

V - definição do local próprio para depósito e tratamento do lixo doméstico urbano.

Capítulo III DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 154 As ações e os serviços de assistência social, no âmbito do município, deverão estar dirigidos, prioritariamente, ao atendimento dos menos favorecidos, especialmente quanto:

I - à proteção da família, à maternidade, à infância, à adolescência e à terceira idade;

II - à promoção da integração dos jovens ao mercado de trabalho e do acesso aos bens de produção;

III - à habilitação das pessoas portadoras de deficiência física para a sua integração à vida comunitária e do trabalho;

IV - à recuperação da saúde física e mental dos dependentes de drogas;

V - à erradicação da pobreza (art. 156).

Art. 155 É livre a participação da iniciativa privada na assistência social.

Parágrafo Único - As instituições privadas, especialmente as filantrópicas e as sem fins lucrativos, poderão participar das ações e dos serviços prestados diretamente pelo Município, segundo as diretrizes deste, mediante contrato ou convênio.

Art. 156 O Poder Executivo instituirá o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, com os recursos previstos no parágrafo primeiro deste artigo, recursos transferidos e recebidos de outros entes, e outros que, por lei ordinária, a esse fundo forem destinados.

§ 1º Para o financiamento do Fundo referido no caput deste artigo, será criado adicional de até 0,5% (meio ponto percentual) nas alíquotas do Imposto sobre Serviços ou do imposto que vier a substituí-lo, sobre serviços supérfluos, tidos estes como aqueles definidos em lei federal.

§ 2º O Fundo mencionado no caput deste artigo será gerido por entidade que conte com a participação da sociedade civil.

Capítulo IV DO MEIO AMBIENTE

Art. 157 Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao Poder Público municipal e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Município:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e integridade do patrimônio genético do Município e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

§ 2º O Município pode, a qualquer tempo, determinar a suspensão de atividades ou de condutas consideradas lesivas ao meio ambiente, especialmente cassando as licenças respectivas.

Art. 158 O estabelecimento de áreas industriais e de projetos de hidroelétricas ou termoeleétricas, bem como a execução de projetos que possam alterar, de forma significativa ou irreversível região ou paisagem do Município, ou ainda de seus ecossistemas, no todo ou em parte, depende de autorização da Câmara Municipal de Vereadores, que decidirá ouvindo técnicos mediante laudo de impacto ambiental e a comunidade.

Parágrafo Único - Fica proibido, nos limites do Município, o depósito de resíduos tóxicos ou radioativos.

Art. 159 Os órgãos de pesquisa e as instituições científicas oficiais e de Universidades, poderão realizar coleta de material, experimentação e escavações, com tratamento adequado do solo, para fins científicos, mediante licença prévia.

Parágrafo Único - Qualquer área com indícios ou vestígios de sítios paleontológicos ou arqueológicos será preservada para fins específicos de estudo.

Art. 160 São considerados como bens integrantes do patrimônio municipal de preservação permanente:

I - as fontes de água localizadas junto à gruta de Nossa Senhora Consoladora;

II - a "Biquinha", localizada junto à confluência das ruas Dr. Jorge Moojen e do Tanque;

III - a Lagoa Vermelha e a área circundante do imóvel pertencente ao Município, junto à BR 285;

IV - a lagoa do Bairro Gaúcha, próxima ao Bairro Boa Vista;

V - os foges e nascentes situados no Bairro Nunes;

VI - a mata situada junto ao Bairro Floresta;

VII - as matas de essências nativas situadas dentro do perímetro urbano e em uma faixa paralela ao perímetro urbano, com 3 km (três quilômetros) de largura;

VIII - o imóvel localizado junto ao Colégio Desidério Finamor;

[IX - a lagoa Demétrio Dias de Moraes;](#)

[X - o capitel São Peregrino;](#)

[XI - o bosque São João Maria.](#) (Redação acrescida pela Emenda à Lei Orgânica nº 12/2004)

§ 1º Sem prejuízo de outras unidades que a lei venha a considerar de preservação permanente, fica proibida a concessão ou a cedência, bem como qualquer atividade ou empreendimento público ou privado que danifique ou altere as características naturais das unidades elencadas no caput deste artigo.

§ 2º A lei poderá criar incentivos especiais para a preservação das áreas de interesse ecológico em propriedades privadas.

Art. 161 O Município apoia a implantação de trabalhos de preservação e recuperação ambiental das faixas ribeirinhas, dos mananciais e das fontes de água, fixando microbacias hidrográficas e fiscalizando a sua manutenção.

Capítulo V DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

Art. 162 A educação, direito de todos e dever do Município e da família, baseada na justiça social, na democracia e no respeito aos direitos humanos, ao meio ambiente e aos valores culturais, visa ao desenvolvimento do educando como pessoa, à sua preparação para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho.

Art. 163 O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público nos estabelecimentos municipais;
- V - valorização dos profissionais de ensino;
- VI - gestão democrática do ensino público;
- VII - garantia de padrão de qualidade.

Art. 164 O dever do Município com a educação, será efetivado mediante a garantia de:

- I - ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
- III - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
- IV - atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O Município destinará, obrigatoriamente, no seu orçamento anual, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do montante da sua arrecadação ordinária anual, para a implementação dos programas de Desenvolvimento do ensino escolar e do profissionalizante, no cumprimento do estabelecido nesta Lei Orgânica e nas Constituições Federal e do Estado.

§ 2º Os recursos públicos são destinados, prioritariamente, às escolas públicas municipais, podendo ser dirigidos a instituições particulares de ensino, definidas em lei, que comprovem:

- I - finalidade não lucrativa;
- II - que reinvestem ou aplicam seus excedentes financeiros em educação e na própria instituição;
- III - que os seus dirigentes não percebem qualquer espécie de remuneração;
- IV - que tenha assegurada a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de atividades.

Art. 165 Será estabelecido, por lei ordinária, o Plano Municipal de Educação, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento do ensino fundamental e do profissionalizante, e que, obedecendo aos princípios e garantias estabelecidos nos artigos anteriores, terá como objetivos:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - melhoria da qualidade de ensino;
- III - qualificação para o trabalho;
- IV - valorização profissional dos professores.
- V - melhoria no rendimento escolar, garantido pelo acesso a programas e ações preventivas em saúde.

Art. 166 Para a efetivação da política de educação no Município, será constituído um Conselho Municipal de Educação com as seguintes atribuições, além das que lhe forem dadas por lei ordinária:

- I - propor o Plano Plurianual de Educação;
- II - organizar o calendário escolar;
- III - fiscalizar a aplicação das verbas públicas;
- IV - indicar ao Poder Público as escolas centrais de ensino fundamental completo, que assegurem número de vagas discentes suficientes, a serem instaladas, na área rural, para grupo de escolas de ensino fundamental incompleto.

Art. 167 É assegurado o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, garantida a valorização da qualificação e da titulação acadêmica do professor, independente do nível escolar em que atue e estabelecendo diferenças salariais progressivas por titulação e por tempo de serviço prestado.

§ 1º Serão considerados profissionais do magistério público municipal, integrantes do plano de carreira, os professores que atuam no órgão municipal de educação, nas unidades escolares e os cedidos na área da educação estadual, federal e particular.

§ 2º O Município estabelecerá, por lei, meios de aperfeiçoamento e de qualificação acadêmica dos professores integrantes do quadro de carreira.

Art. 168 O Poder Executivo publicará e divulgará, trimestralmente, relatório da execução financeira das despesas em educação, por fontes de recursos e detalhando os gastos mensais, sujeito previamente à aprovação do Conselho Municipal de Educação.

§ 1º O relatório será enviado, no prazo de trinta dias do término do trimestre-calendário, ao Conselho Municipal de Educação.

§ 2º O Conselho Municipal de Educação apreciará o relatório, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de recebimento, manifestando-se pela aprovação, ou por pedido de esclarecimentos ou de retificação.

§ 3º O pedido de esclarecimentos ou de retificação será respondido pelo Poder Executivo, no prazo de 08 (oito) dias, a contar da data de recebimento.

§ 4º O Conselho Municipal de Educação, recebidos os esclarecimentos ou a retificação, submeterá o relatório a nova apreciação, no prazo de 10 (dez) dias, comunicando o resultando desta ao Prefeito Municipal que determinará a publicação com a apreciação escrita do Conselho e o envio à Câmara de

Vereadores.

Art. 169 Aos alunos, aos responsáveis pelos alunos, aos professores e aos servidores das escolas públicas municipais, é assegurado o direito de constituir associações, ou sociedades cooperativas, para representação e defesa de seus interesses.

Art. 170 As escolas públicas municipais estabelecerão Conselhos Escolares, com poderes deliberativos e consultivos, constituídos pela Direção da Escola e dois representantes dos alunos, dos representantes dos responsáveis dos alunos e dois professores.

Parágrafo Único - Os Conselhos Escolares deliberarão sobre questões administrativas, financeiras e pedagógicas, no âmbito da sua Escola.

Art. 171 Os diretores das escolas públicas municipais serão escolhidos mediante eleição direta uninominal, pela comunidade escolar, na forma da lei. ([Artigo declarado inconstitucional pela Ação Direta de Inconstitucionalidade número 70033249368, que tramitou pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul](#))

Art. 172 Fica o Poder Executivo autorizado a subsidiar parte dos custos com o transporte coletivo de estudantes universitários, matriculados em cursos que não tenham oferta no Município, até aos campi das Universidades de Passo Fundo e de Caxias do Sul.

Parágrafo Único - O valor do subsídio será definido no orçamento anual e não integra o percentual que, nos termos desta Lei Orgânica, será aplicado em educação. (art. 157, § 1º).

Art. 173 O Município, em cooperação com o Estado, desenvolverá programa de transporte e saúde escolar que assegure os recursos financeiros indispensáveis que garantam o acesso de todos os alunos às escolas e ao atendimento, das ações e dos programas preventivos de saúde desenvolvidos para os educandos.

Art. 174 O Município procederá ao recenseamento anual dos alunos do ensino pré-escolar e do fundamental, obrigando-se a zelar pela sua regular frequência à escola.

§ 1º Incorrerá em responsabilidade administrativa a autoridade municipal que não garantir, no prazo de trinta dias, ao interessado devidamente habilitado, o acesso à escola municipal de ensino fundamental.

§ 2º Compete aos professores dar conhecimento ao Ministério Público dos titulares do pátrio-poder que obstarem a regular frequência do aluno à escola.

SEÇÃO II DA CULTURA

Art. 175 É dever do Município:

- I - apoiar e incentivar a produção, a valorização e a difusão das manifestações culturais;
- II - preservar o patrimônio cultural e histórico;
- III - manter os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, científico e ecológico;
- IV - preservar os documentos históricos do Município;
- V - manter os monumentos.

§ 1º Constituem patrimônio cultural do Município os bens de natureza material e imaterial portadores de

referências à identidade, à ação e à memória da sociedade de Lagoa Vermelha.

§ 2º O Plano Diretor disporá, necessariamente, sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural.

Art. 176 Pode o Município proceder ao tombamento de bens imóveis ou à desapropriação de bens móveis e imóveis cujo valor histórico e cultural seja plenamente justificado para a preservação da memória lagoense.

SEÇÃO III DO DESPORTO

Art. 177 É dever do Município fomentar e amparar o desporto, o lazer e a recreação, como direito de todos, mediante:

- I - a promoção prioritária do desporto educacional;
- II - a dotação de instalações desportivas e recreativas para as escolas públicas municipais;
- III - programas de incentivo e apoio às práticas desportivas;
- IV - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o amador;
- V - a instalação de equipamentos lúdicos destinados às crianças;
- VI - a garantia de condições para a prática de educação física, do lazer e do desporto, ao deficiente.

Art. 178 O Município proporcionará meios de recreação sadia à comunidade, mediante:

- I - reserva de áreas verdes, parques, bosques, jardins e assemelhados, para a recreação urbana;
- II - criação de centros desportivos para as pessoas menos favorecidas;
- III - parques com equipamentos lúdicos.

Capítulo VI DO TURISMO E DO LAZER

Art. 179 O Município instituirá sua política de turismo e de lazer, e definirá as diretrizes a observar nas ações públicas e privadas, visando promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

Art. 180 Na política de turismo e de lazer, o Município deverá promover:

- I - o inventário e a regulamentação do uso e da ocupação dos bens naturais e culturais de interesse turístico;
- II - a infra-estrutura básica necessária à prática do turismo, em conjunto com a iniciativa privada;
- III - a implantação de um programa que objetive a qualidade dos bens e serviços à disposição do turista;
- IV - o intercâmbio com outros Municípios, visando o incremento turístico;
- V - o aproveitamento e adaptação de rios, vales, colinas, lagoas e matas, como locais de lazer e passeio.

Capítulo VII DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA

Art. 181 É competência do Município, concorrentemente com a União e o Estado, proporcionar meios de acesso à ciência e à tecnologia, considerando os interesses e características locais.

Art. 182 Compete ao Município proporcionar, através de contratos e convênios com terceiros, a formação e o aperfeiçoamento de recursos humanos para a ciência e a tecnologia.

Art. 183 É facultado ao Município vincular parcela da sua receita orçamentária a entidades de ensino e de pesquisa, para a execução de estudos e de pesquisas científicas e tecnológicas do interesse local.

Art. 184 O Município providenciará o competente registro dos inventos e da criação intelectual surgidos sob remuneração, custeio ou prêmio municipal (art. 7º., IV).

TÍTULO VII DOS MEIOS DE PRODUÇÃO

Capítulo I DA INDÚSTRIA

Art. 185 O Município desenvolverá, de forma integrada com os setores de produção, mediante aprovação do Poder Legislativo, política de desenvolvimento industrial, dando preferência:

I - ao estabelecimento de agroindústrias;

II - ao estabelecimento de indústrias não poluentes;

III - ao fortalecimento das indústrias já instaladas.

§ 1º O Município não concederá qualquer tipo de incentivo para os estabelecimentos industriais que causem danos ao meio ambiente e à saúde pública.

§ 2º O horário de trabalho nos estabelecimentos industriais é fixado por lei municipal.

Art. 186 As áreas industriais serão definidas em lei que determinará:

I - áreas edificáveis;

II - áreas verdes;

III - sistema de aproveitamento de resíduos.

Capítulo II DA ATIVIDADE AGRÁRIA

Art. 187 O Município desenvolverá, mediante aprovação do Poder Legislativo, política de desenvolvimento da agricultura e da pecuária, incentivando preferencialmente:

I - o florestamento e o reflorestamento;

II - a atividade hortifrutigranjeira;

III - a pequena e média propriedade;

IV - o cooperativismo rural.

Art. 188 O Município destinará local urbano e determinará horários para a realização de feiras livres, francas de tributos municipais, especialmente destinadas aos pequenos e médios produtores e aos artesãos.

Capítulo III DOS TRANSPORTES

Art. 189 Lei ordinária regulará os transportes no Município, com regras para o transporte individual e o coletivo de passageiros, para o transporte de cargas, para o transporte urbano e para o rural.

§ 1º Os transportes no Município estão sujeitos ao regime de concessão, por tempo determinado, mediante licitação pública, nos termos da lei federal.

§ 2º A lei referida no caput deste artigo disporá sobre:

I - o regime de concessão do serviço, prazo de duração e cláusulas de rescisão contratual;

II - as diretrizes de fixação tarifária;

III - as exigências de qualidade na prestação dos serviços;

IV - a obrigação de prestar serviço gratuito, no transporte coletivo, a idosos e a deficientes físicos (art. 183).

Art. 190 É assegurada a gratuidade do transporte coletivo ao maiores de sessenta anos e aos deficientes físicos.

TÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES ORGÂNICAS GERAIS

Art. 191 Salvo disposição em contrário, os prazos previstos nesta Lei Orgânica são contados conforme o disposto no art. 125 do Código Civil brasileiro, com as alterações da Lei nº 810, de 06 de setembro de 1949.

§ 1º A contagem dos prazos é suspensa nos períodos de recesso da Câmara de Vereadores.

§ 2º A contagem dos prazos não se suspende, nem se interrompe, nos períodos das sessões extraordinárias.

Art. 192 Enquanto não aprovadas as leis complementares previstas nesta Lei Orgânica, são recepcionadas as existentes.

Art. 193 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Nady Maria Castellano, da Câmara Municipal de Lagoa Vermelha, ao 1º dia do mês de Novembro do ano de 2.001.

Vereador BENITO EMILIO ARGENTA
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Nota: Este texto disponibilizado não substitui o original publicado em Diário Oficial.